

MPD

Contra todos os sinais que o davam como candidato à liderança do MpD, Gualberto do Rosário anunciou ontem que, afinal, não está na corrida. Em vez disso apoia Agostinho Lopes e Ulisses Silva. Um apoio duplo ditado, segundo ele, pelas sinergias e convergências existentes neste momento entre a sua sensibilidade, Sintonia com Cabo Verde, e esses dois grupos, mas que é também visto como uma retirada estratégica ditada pela realidade.



Gualberto faz retirada estratégica

Gualberto do Rosário e os seus pares de sensibilidade decidiram retirar-se da corrida que daqui a um mês e meio vai ditar a escolha do novo líder do MpD. Em vez disso, a Sintonia com Cabo Verde vai apoiar as candidaturas de Agostinho Lopes e Ulisses Silva, deixando de lado Jorge Santos. Uma decisão ditada pela sinergia e convergência de interesses entre os três grupos, segundo explicou ontem Rosário durante um encontro com a imprensa.

É Gualberto do Rosário que não pára de surpreender, mesmo aqueles que há muito acompanham os seus passos e jogadas. Mas, como em política nada é obra do acaso, o seu gesto pode também ser visto como o resultado da leitura que ele e os seus companheiros da SCV terão feito da realidade.

Com efeito, num cenário de multiplicação de candidaturas, com as bases confusas e dispersas, Rosário terá entendido que esta ainda está longe de ser a hora de

regressar ao comando do MpD. Os dados mostravam facilmente que o seu desejo de surgir como o candidato de consenso, num sistema de consagração pessoal e política, estava mais do que fora de hipótese. Por realismo, calculismo e outros ismos, no mínimo, concluiu que corria o risco de uma derrota que não lhe assentaria nada bem, tendo em conta o poder que já teve no sistema ventoinha.

Mas ao proceder como procedeu, fechando com Agostinho Lopes e Ulisses Santos, dois candidatos "legítimos", segundo expressão de um ventoinha, a SCV mostra não alinhar com Jorge Santos, visto em certos círculos do partido como um "forasteiro" ou um "ilegítimo". Afinal, como disse também a mesma fonte, em que partido um elemento que sai em ruptura, regressa 11 anos depois para concorrer ao comando desse mesmo partido?!

Ou seja, estando fora da corrida, os gualbertistas devem optar agora entre Agostinho

e Ulisses, mas, se depender da mensagem subliminar do seu chefe, nunca em Jorge. Mesmo que este tenha com ele os notáveis do partido que se conhece e outros que ainda continuam na sombra. É o caso de Carlos Veiga cujo nome o grupo de Santos já vem acenando como seu candidato às presidenciais de 2006.

Esta retirada do jogo por parte de Gualberto do Rosário acontece uma semana depois de Agostinho Lopes ter-se apresentado oficialmente como candidato, num acto em que saltou à vista a ausência dos pesos pesados do partido. Basta dizer que Daniel Spencer e Victor Coutinho foram as "estrelas" que ladearam o líder do MpD na sua primeira aparição como candidato.

Entretanto, este fim de semana os candidatos à liderança do MpD prosseguem a sua ofensiva no terreno. Agostinho Lopes e Ulisses Silva decidiram atacar estes dias a região norte do arquipélago. Lopes está em São Vicente e Silva em Santo Antão.

PAICV abre ano político

O PAICV vai abrir amanhã, 16, na Praia e em São Filipe, o seu ano político. O presidente desse partido, José Maria Neves, discursará num comício amanhã na zona de Combon, enquanto Júlio Correia, vice-presidente do PAICV, fará o mesmo em S. Filipe em relação à região do Fogo e Brava.

No comício da Praia, JMN deverá anunciar os desafios que se colocam ao PAICV e ao país.

Por seu turno, no Fogo, Júlio Correia preside a uma reunião alargada das estruturas do seu partido em S. Filipe e Mosteiros para constituir, com base nas resoluções saídas do último congresso, o conselho da coordenação da região política. A ocasião servirá para reflectir sobre a regionalização em Cabo Verde. "Vai ser uma reunião importante, que arrancará com o combate político na região Fogo e Brava, tendo em conta as eleições legislativas de 2006", destaca Correia.

Segundo o vice-presidente do PAICV, os presentes ao encontro deverão ainda debater e definir a agenda política regional dos tambarinas para os próximos tempos, bem como reflectir sobre "Que regionalização a ser feita em Cabo Verde", um tema a ser desenvolvido por Romeu Modesto, técnico de Administração.

JpD adia convenção

A Juventude do MpD adiou para os dias 23 e 24 deste mês a sua V Convenção, que devia acontecer este fim de semana. O presidente interino da organização, Alcides de Pina, justifica o adiamento com a intenção da JpD de realizar, dois dias antes do seu conclave, um seminário Internacional sobre a formação política dos seus dirigentes.

"Por estarmos em cima do tempo tivemos também que cancelar o seminário e marcar o congresso para o próximo dia 23", explica Alcides de Pina. Entretanto, segundo fontes de A Semana dificuldades financeiras e algum atraso no processo preparatório da convenção estarão na base do adiamento da reunião magna dos Jotas ventoinhas.

"Atrasos na realização de algumas assembleias concelhias contribuíram, em certa medida, para este adiamento, mas o problema maior tem a ver com a falta de dinheiro para custear a vinda e o estabelecimento dos 150 delegados ao Congresso", indica a nossa fonte, antes de acrescentar que até agora a JpD consegue garantir apenas 50 por cento das passagens dos delegados das ilhas. Pelo que, prossegue, "a Convenção de 23 e 24 está mesmo assim tremida".

Tudo isso, numa altura em que o caudal de candidatos à presidência da Jota está a diminuir. Dos quatro potenciais candidatos anteriormente anunciados, já só restam dois: Alcides de Pina e Elísio Freire. Os desistentes, José Fernandes Tavares e Adilson Zego, estarão agora a apoiar a lista liderada por de Pina.

Mas é bem provável que à V Convenção da JpD apareça apenas um candidato. A Semana sabe, a propósito, que um grupo de jovens defende uma lista única e consensual para a liderança da Jota. Porque, dizem, as ideias propostas pelos candidatos são praticante as mesmas, daí não haver razão para candidaturas diferentes.

HS

PCD

prepara congresso

O Partido da Convergência Democrática vai realizar, na segunda quinzena de Novembro, um fórum nacional para pensar o futuro do partido e de Cabo Verde. A partir do dia 20 deste mês, a formação laranja pretende movimentar a Capital, com o lançamento do seu site oficial e um encontro com os seus militantes e amigos na Cidade da Praia.

A referida movimentação política terá como objectivo principal retirar, segundo os seus promotores, o Partido da Convergência Democrática da situação de letargia em que se encontra desde as eleições autárquicas de Março deste ano. O fórum está previsto para acontecer na segunda quinzena de Novembro e enquadra-se nos preparativos do próximo congresso do partido, inicialmente agendado para 11 e 12 de Dezembro, mas que por razões de ordem organizacional e falta de recursos, poderá ser adiado para o 2005.

O congresso deverá eleger os novo Órgão do PCD sem líder desde da demissão de Enrico Monteiro daquele cargo nos rescaldos das últimas eleições autárquicas que ditara fracos resultados para o PCD, em aliança com o PRD. "Tudo aponta para que Jorge Carlos Fonseca seja apresentado como candidato a novo líder do Partido da Convergência Democrática no próximo con-

gresso", perspectiva José Manuel Moreno membro da direcção do Partido laranja e, um dos elementos da comissão criada para encontrar um no líder para o PCD.

Jorge Fonseca que regressou este semana de Brasil, onde se encontrava em missão de serviço enquanto sócio-dirigente da novel Fundação de Direito, confirma ter já se encontrado com a citada equipa de trabalho. "Estamos a conversar e vamos ter outros encontros nesta semana. Ainda estou a analisar o ambiente político que se vive no país, nomeadamente o debate em curso no âmbito da disputa da liderança do MpD enquanto maior partido da oposição. Mas até o fim deste mês vou ter que decidir se candidatarei ou não ao cargo de presidente do PCD".

Manuel Moreno destaca que o fórum servirá ainda para debater as metodologias a utilizar para mobilizar novos aderentes para o partido, nomeadamente os quadros recém-formados e personalidades independentes que não se revêm no PAICV e no MpD. "Vamos ter que debater como abrir o PCD à sociedade civil e atrair mais aderentes para o seu seio. É que desde o ano 2000 não conseguimos trazer sangue novo para o partido", avança o entrevistado de A Semana, garantindo estar também em curso o processo da criação da

Juventude do PCD.

Além de fornecer subsídios à plataforma eleitoral para as legislativas de 2006, o político acrescenta que o fórum de Novembro deve reflectir sobre Cabo Verde na presente conjuntura. "Vamos também reflectir sobre a situação política nacional e o desempenho do actual governo desde o início do seu mandato até então. Iremos ainda analisar a situação económica e financeira do país. É que por causa dos problemas na implementação do IVA, preveemos que o governo não arrecadará mais que 60 por cento das receitas previstas no OGE de 2004. Isto sem contar com o debate sobre a instrumentalização dos órgãos da comunicação social do Estado, nomeadamente a RTC".

José Manuel anuncia, por outro lado, que Partido da Convergência Democrática vai promover alguma movimentação política no país, a começar pela Capital. Conforme ele, no próximo dia 20 será inaugurado o portal oficial do PCD e para o dia 23 está prevista uma assembleia de militantes e amigos da estrutura do partido na Praia. Este encontro decorrerá na auditório da Biblioteca Nacional. Actividades políticas idênticas poderão ser realizadas, segundo aquele dirigente do PCD, noutros concelhos do país.

ADP

O governo e os seus parceiros estratégicos da Electra vão encontrar-se dentro de poucos dias para decidir o futuro da empresa que produz água e energia. O objectivo do encontro é clarificar as intenções das partes.



Futuro da Electra na ordem do dia

O futuro da Electra vai estar sobre a mesa nos próximos dias quando o governo e os seus parceiros se encontrarem para definir e decidir o futuro da sociedade. Conforme dados avançados por este jornal na sua edição do passado dia 1 de Outubro, neste momento há um profundo descontentamento quer da parte do governo cabo-verdiano quer da parte dos sócios portugueses (ADP/EDP) em relação à situação prevalecente naquela empresa de água e electricidade.

“De um lado, há um conjunto de questões que os parceiros colocam e do outro há as reivindicações do Estado cabo-verdiano que não são poucas”, assume uma fonte oficial. “Se não chegarmos a entendimento não haverá outra saída senão a ruptura”.

Entre as questões que o governo apresenta como afectando o normal funcionamento e expansão da Electra consta a carteira de investimentos que a empresa deveria ter realizado e que até hoje não aconteceu. Por seu turno, da parte portuguesa há a reclamação de um grosso volume de dívidas do Estado cabo-verdiano, sobretudo

dos municípios, que acabam por prejudicar o dia-a-dia da companhia.

Visto friamente o processo que ditou a compra e venda da Electra, esta sofre neste momento as consequências do “negócio político” feito em 2000, entre os governos de Lisboa e da Praia. À beira de um ataque de nervos, por causa dos inúmeros problemas existentes na empresa, hoje é a própria parte portuguesa, em privado, que qualifica como “negócio de loucos” a privatização da Electra.

Negócio de loucos ou não, o certo é que a situação tem de ser resolvida. Isto porque ninguém ignora que a água e a electricidade são dois elementos sumamente importantes para o desenvolvimento de qualquer país. A motivação do próximo encontro é precisamente pôr os pontos ii.

Entretanto, para esclarecer a situação da Electra, a bancada do MpD já fez saber que vai interpelar o governo na primeira sessão parlamentar deste ano, cujo arranque está previsto para o próximo dia 25. O principal partido da oposição entende que existe uma intenção deliberada do executivo no sentido de afrontar ou indispor os

parceiros portugueses da ADP/EDP, nomeadamente quando faz saber, através do seu porta-voz, que a Cidade da Praia não descarta a possibilidade de reaver a empresa.

“Nós não dissemos que vamos sair da Electra. O que dissemos é que se os parceiros estratégicos não quiserem continuar o Estado cabo-verdiano terá de reassumir a Electra e reabrir o processo da sua privatização”, responde a fonte de **A Semana**, para quem, com a sua iniciativa, o MpD pretende, uma vez mais, jogar em águas turvas.

“A privatização da Electra é das coisas mais incompetentes que já se fez neste país”, acrescenta. “O governo anterior tratou de meter o dinheiro nas mãos não se importando de deixar muitas questões em aberto e que comprometem o desenvolvimento do país, já que a água e a energia são dois elementos cruciais para quem quer desenvolver-se. O negócio foi feito sem contrato, não se previu a questão da iluminação pública, os interesses dos municípios não foram devidamente acautelados etc.. etc. É tudo isso que ainda hoje procuramos resolver”.

Novo director-geral da Administração Eleitoral

O serviço da Administração Eleitoral vai ter um novo director-geral. Trata-se de Nuías Silva, engenheiro informático da profissão. Silva deverá tomar posse até o final deste mês, substituindo assim no cargo Elba Pires, que passará a trabalhar como assessora do Ministro da Administração Interna.

De acordo com as nossas fontes, outras chefias dos serviços centrais dependentes do mesmo ministério poderão, proximamente, conhecer algumas mexidas. É o caso de direcção-geral da Administração Local cuja substituição do seu titular já é um dado adquirido faltando apenas o indicar o nome do novo director-geral da Administração Local.

DGAE é considerado um sector estratégico para o processo eleitoral em Cabo Verde. Cabe-lhe assegurar as condições logísticas e administrativas para a realização das eleições. Até a última remodelação governamental, em Abril deste ano, a DGAE era tutelada pelo ministro da Defesa e dos Assuntos Parlamentares, Armindo Maurício, passando desde então para a Administração Interna.

Entretanto, o titular da pasta da Administração Interna deverá iniciar, a partir do próximo dia 18, uma visita de trabalho à região Fogo e Brava. Júlio Correia, que permanecerá nas duas ilhas até o dia 20 deste mês, tem agendado encontros com os Comandos e unidades do POP, com as Câmaras Municipais, comissões de recenseamento eleitoral e outros serviços locais des- concentrados.

Sexta-feira, 15 de Outubro de 2004

Actualidade

MAIS QUATRO RABIDANTES PRESAS POR NARCOTRÁFICO

RICOS CHINELOS

Várias malas contendo chinelos “recheados” com cocaína foram descobertas pelas Judiárias portuguesa e cabo-verdiana nos aeroportos de Lisboa e do Sal, em operações concertadas e que levaram à detenção de quatro mulheres de nacionalidade cabo-verdiana, quarta-feira, 13. Duas das supostas traficantes - Isaura Tavares e Clarice Sousa - foram capturadas na ilha do Sal enquanto que uma outra rabidante ficou detida em Portugal, sob prisão preventiva, por suspeita de tráfico de estupefacientes. Esta suspeita teria nas suas bagagens uma quantidade de droga de elevada pureza, também escondida em solas de chinelos, suficiente para se confeccionar 21 mil e 600 doses no mercado de consumo.

Já Idalina Correia tida como suposta mandante do crime seria detida logo no dia seguinte e de manhã bem cedo na sua casa da Lém-Cachorro, na Praia. Tida como a pretensa destinatária da droga, e “angariadora” das “correios”, Idalina Correia foi surpreendida pela polícia na sua própria residência, poucas horas após a detenção de Isaura Tavares e Clarice Sousa, ambas naturais da ilha de Santiago, concelho de São Domingos.

Uma fonte da PJ assegura que corriam “fumos” na cidade da Praia sobre o envolvimento de Idalina com o sub mundo da droga, mas que não estava a decorrer nenhuma investigação sobre as suas eventuais actividades criminosas. Proprietária de uma barraca, e de uma boutique em Achadinha Baixo, à subida do Bairro, Idalina Correia foi transferida no mesmo dia da sua detenção para a ilha do Sal, para ser ouvida por um juiz, juntamente com as outras duas suspeitas de narcotráfico.

Parece existir uma clara conexão entre a mulher detida em Lisboa e as capturadas no aeroporto do Sal. A judiária portuguesa chega a afirmar no seu website que “o estupefaciente - apreendido em Portugal - bem como as suspeitas tinham sido localizados no aeroporto de Lisboa pela Direcção-geral das Alfândegas e pela PJ, tendo as autoridades optado por proceder a uma entrega controlada - das mesmas - em Cabo Verde”, para permitir que a investigação prosseguisse no nosso território. Desta forma, a PJ cabo-verdiana poderia dismantlar eventuais estruturas criminosas estabelecidas no arquipélago e “que utilizam as ilhas atlânticas como en-

treposto de distribuição de estupefacientes entre o continente americano e a Europa”.

Apesar do sucesso desta operação, que permitiu a apreensão de 19,522 quilos de cocaína pura somente na ilha do Sal, a judiária cabo-verdiana acredita que este caso possa ser uma iniciativa isolada da principal suspeita, que nada terá a ver com a operação “voo da águia”. Esta manobra policial, recorde-se, resultou na prisão de doze indivíduos nos aeroportos de São Vicente e da Praia e na apreensão de 210 quilos de cocaína de elevada pureza. Segundo a PJ, eleva-se para 320 quilos a quantidade de cocaína descoberta em Cabo Verde pela polícia científica, somente este ano.

Baptizada pela judiária portuguesa por operação Polichinelo II, este caso vem realçar a actividade paralela desenvolvida por várias das rabidantes que costumam adquirir os seus produtos comerciais no Brasil. Segundo uma fonte da PJ cabo-verdiana, não é a primeira vez que os traficantes utilizam os calçados, nomeadamente as suas solas ou as de chinelos, para dissimularem as drogas.

ORDEM DOS ADVOGADOS

Os novos titulares dos órgãos da Ordem dos Advogados de Cabo Verde estão empossados, mas nem por isso essa classe se mostra menos desunida. Vieira Lopes, líder da lista B, entende não haver condições de diálogo com a nova direcção da OACV, por considerá-la ilegítima. A saída para a crise, na sua opinião, passa por uma comissão administrativa, nomeada pelo governo, para repor a ordem e a legalidade na OACV.



Veiga toma posse e Vieira Lopes defende comissão administrativa

Longe de terminar, a controvérsia que tem marcado a existência da OACV continua. Uma semana depois de eleitos, Carlos Veiga e os seus pares foram empossados, na terça-feira, para dirigir nos próximos três anos aquela ordem profissional. No acto o novo bastonário reiterou a sua disponibilidade para dialogar com todos, *"mesmo com os que se tenham posicionado ou se venham a posicionar em contestação à direcção"*.

Veiga promete basear o seu programa em torno de duas questões fundamentais: a sustentabilidade financeira da Ordem e a deontologia. Desavenças à parte, ele quer que a OACV seja uma parceira do governo, com vista a garantir o direito de acesso à justiça de todos os cidadãos e em particular aos pobres, assegurar o direito constitucional de defesa, da formação inicial aos jovens advogados, promover a defesa dos direitos fundamentais e do Estado de direito democrático, colaborar na administração da justiça etc.

Entretanto, num outro espaço e à

mesma hora, decorria um encontro do advogado Vieira Lopes com a imprensa, à qual apenas compareceram **A Semana** e o *'Visãoews'*. Líder da Lista B, aquele causídico quis, sobretudo, *"desmistificar"* a ideia que a direcção cessante da OACV, na pessoa da ex-bastonária Lúcia Fonseca, vinha transmitindo ao país de que as duas acções intentadas por aquela lista tenham sido chumbadas pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Munido de duas certidões comprovativas do STJ, que dizem estar os dois referidos processos pendentes e que ambos têm *"efeito suspensivo"*, Vieira Lopes salienta, por outro lado, *"a ilegalidade e a invalidade das alegadas 'eleições' realizadas em 5 de Outubro de 2004, e a ilegitimidade dos ilegal e viciadamente eleitos"* aos órgãos da OACV.

Para aquele advogado, a condução de Carlos Veiga a bastonário da OACV, bem como dos restantes elementos da sua lista aos demais órgãos dessa organização profissional, constituem graves crimes, por serem actos de *"desobedi-*

ência penalmente tipificada" e uma *"incitação pública e ostensiva dos cidadãos a desrespeitarem o Estado e os órgãos de soberania que são os tribunais"*.

Vieira Lopes acredita que a anunciada intenção de Carlos Veiga de dirigir a OACV em *"diálogo com todos"* não passa de um *"exercício de cinismo"*. *"Esse senhor sabia de antemão, por eu lhe ter dito, qual é a minha posição. E a minha posição não é ignorada por nenhum cabo-verdiano. Todos sabem que não compactuo com qualquer situação que não seja legal. Prefiro perder o que seja, dinheiro ou o que for, para estar de harmonia com a legalidade"*.

Segundo Vieira Lopes, o processo que conduziu Carlos Veiga à frente da OACV suscita vários problemas de natureza legal, desde o processo da reconstituição da anterior mesa da Assembleia Geral até ao encerramento das listas dos advogados em condições de votar, já que no próprio dia da votação essa lista foi engrossada por outros nomes, quando os estatutos mandam que a referida lista

deve ser fechada com 20 dias de antecedência. *"Toda a pretensa reestruturação da mesa foi um processo ilegal atulhado de ilegalidades por todos os lados"*, afirma.

Em relação ao grupo contestador, MDLO, Vieira Lopes deixa a entender que o combate pela reposição da legalidade e dignidade tem de ser feito dentro da própria OACV. *"E agora que a Ordem foi assaltada e assenhoreada, a ponto da descaracterização total, esse combate assume um outro aspecto"*, adverte.

Tal aspecto, explica, passa pela intervenção directa do governo como forma de pôr cobro às várias ilegalidades que tiveram lugar na OACV. *"O governo pode intervir através de uma comissão instaladora, que é a forma legal para estes casos, para se restabelecer o processo da legalidade. Só a partir daí será possível a todos os advogados, então, em assembleia, com mesa condiga e legítima, prestarem a sua contribuição no sentido de re-harmonização da classe"*.

INQUÉRITO SECRETÁRIO ESTADO E MILITARES DO QUARTEL JAIME MOTA

Silêncio ruidoso

A Comissão Militar de Inquérito concluiu o seu trabalho e remeteu o relatório ao chefe de Estado Maior das Forças Armadas, ao ministro da Defesa e ao secretário de estado adjunto do Primeiro Ministro, mas desconhece o encaminhamento dado ao processo por estas autoridades. Antero Matos e Armindo Maurício não falam deste dossier na praça pública, e o visado, João Baptista Pereira, que na altura garantiu que tinha sido vítima de “uma agressão estúpida e premeditada”, prefere colocar uma pedra sobre o assunto.

O silêncio à volta deste inquérito que procurava deslindar as razões que levaram os militares do Corpo de Fuzileiros a “neutralizar” o governante alegando que ele teria disparado numa zona militar, não consegue abafar os ruídos produzidos por este dossier que fez rolar muita tinta. E tudo aponta que tudo vai ficar por um silêncio ensurdecador. Segundo uma fonte militar, as investigações ficaram incompletas por-

que o SE, convidado à depor na CMI, não se dignou sequer a responder à carta-convocatória. “Os resultados foram enviados ao CEMFA e ao ministro da Defesa, mas desconhecemos o seu encaminhamento”, revela uma patente militar.

O CEMFA não comenta o inquérito na Comunicação Social porque, observa, os pormenores da investigação não interessam. Antero Matos afirma, no en-

tanto, que os dados estão na rua, e cada um que faça o seu julgamento. O ministro da Defesa e o próprio SE Adjunto do PM também se mostram pouco à-vontade para falar do inquérito. Armindo Maurício garante que não interessa ao governo falar mais desse processo, enquanto que João Baptista Pereira recusa tecer qualquer comentário.

Um “pacto de silêncio” no mínimo estranho, sobretudo quando se sabe que aos militares envolvidos não aconteceu nada. Nem a queixa-crime, prometida pelo secretário de estado deu até agora entrada nos tribunais. Talvez ainda seja cedo.

O incidente aconteceu no dia 15 de Agosto passado e envolveu um grupo de militares do Corpo de Fuzileiros e o secretário de Estado Adjunto do Primeiro-ministro. João Baptista Pereira, “passeava” em traje desportivo junto ao miradouro Diogo Gomes quando, segundo ele, algumas pedras foram arremessadas em sua direcção surgindo logo depois um grupo de pessoas a vir em sua direcção com atitude agressiva. “Nesse momento,

saquei da arma para me precaver. Mas um elemento deu-me uma palmada e a minha arma caiu”, declarava Pereira na altura, assegurando ainda que depois de algum empurra-empurra conseguiu recuperar a arma e disparou para o ar ao mesmo tempo que alertava os soldados de que estavam perante um membro do governo. “Mesmo assim eles atiram-se todos para cima de mim e, acidentalmente, a minha pistola disparou pela segunda vez. Conseguiram desarmar-me e a partir daí forma socos, pontapé... tudo”.

Do lado dos militares a história diz que os soldados agiram na sequência de dois tiros disparados pelo governante numa zona presidencial. “Os fuzileiros reagiram para neutralizar João Baptista, que tinha feito alguns disparos. O governante foi preso, algemado e conduzido à estação policial do Corpo de Protecção das Entidades Oficiais da Presidência da República. A caminho, Pereira declarou que é membro do governo e foi libertado”, avançava uma fonte militar, que admite ter havido um mal-entendido.

Constância de Pina

Sexta-feira, 15 de Outubro de 2004

Actualidade

CONTRATAÇÃO DE ANTÓNIO PASCOAL CONTINUA

EDIL DO SAL

apela à independência da ANMCV

A contratação de António Pascoal Santos como consultor jurídico da Associação Nacional dos Municípios continua a gerar polémica. A reclamação agora vem Jorge Figueiredo que se junta ao coro de protestos dos presidentes das câmaras dos Mosteiros e de Santa Cruz. Em carta remetida a Américo Silva, o autarca salense diz ser contra tal medida e considera que, pelo facto de a ANMCV reunir no seu seio várias sensibilidades políticas, a decisão do seu presidente não pode pôr em causa a independência da mesma.

A rescisão do contrato de Miguel Ramos como consultor da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde continua a provocar reacções dos membros do Conselho Directivo desta associação que reagrupa os autarcas de todo o país. Depois das contestações dos edis dos Mosteiros e da Santa Cruz, o presidente da Câmara do Sal diz, numa carta, também, remetida ao presidente da ANMCV, ser contra a decisão deste de contratar António Pascoal Santos como consultor da associação.

Na missiva a que A *Semana* teve acesso, Jorge Figueiredo diz que, à semelhança do que aconteceu com os seus colegas Orlando Sanches e Carlos Fernandinho Teixeira, desconhece os motivos que levaram Américo Silva a rescindir o contrato que a ANMCV mantinha com

Miguel Ramos. “Não tive a oportunidade de apreciar as razões que levaram à rescisão do contracto com o jurista Miguel Ramos, técnico que, na minha opinião, vinha desempenhando com qualidade as suas funções, detendo por essa razão conhecimentos profundos sobre as leis autárquicas”.

O edil salense defende que o contrato em causa deveria ser reapreciado pelo Conselho Directivo. E, depois de comentar a natureza da ANMCV como um órgão colegial e que reúne várias sensibilidades políticas, Jorge Figueiredo alerta para a necessária independência do presidente desta. “A questão deveria merecer apreciação do Conselho Directivo. O jurista em causa, Dr. António Pascoal dos Santos, é dirigente de um importante partido político. A Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde contém, no seu seio, várias sensibilidades políticas, não devendo as decisões do seu presidente pôr em causa a necessária independência da ANMCV, sob pena de lesar os mais básicos propósitos da mesma”.

Diante de tudo isso, Figueiredo pede ao presidente Américo Silva que reconsidere a sua decisão de contratar António Pascoal Santos como consultor da ANMCV. “Por essas razões, vejo-me obrigado a concordar com os meus colegas e solicitar ao presidente de ANMCV que reconsi-

dere a sua decisão, pois quero crer existirem alternativas credíveis e que merecerão a concordância de todos”, refere a carta que vimos citando.

Os esforços deste jornal para ouvir o presidente da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde sobre o conteúdo da carta do edil do Sal não resultaram. Mas este assunto poderá ser debatido na próxima sessão do CD da ANMCV, convocada para 22 deste mês, cuja ordem do dia está ainda por definir. É que, segundo entendidos na matéria, o recrutamento do pessoal é uma matéria de competência exclusiva do Conselho Directivo da ANMCV.

Esta polémica à volta da contratação do jurista António Pascoal Santos sem ouvir o CD foi despoletada, conforme a edição da semana passada deste jornal (n.º 682, pág-2) pelos autarcas Orlando Sanches e Fernandinho Teixeira, 1º vice-presidente e vogal do Conselho Directivo da ANMCV. Os mesmos denunciavam alguns actos de gestão praticados por Américo Silva que, segundo eles, põem em causa a democracia interna, o respeito pelos demais membros do CD e a transparência que deve nortear o funcionamento da ANMCV. O presidente desta refutou tais acusações, considerando-as precipitadas e mera mesquitez política.

ADP

Incêndio na fábrica ICCO

Suspeita de curto-circuito

Um incêndio de proporção média atingiu esta semana um armazém da fábrica ICCO mas sem provocar vítimas. As chamas encontraram condições propícias de propagação pois, segundo os bombeiros municipais, o referido depósito estava abarrotado de materiais inflamáveis, como couro e cola.

As causas do incêndio ainda não foram apuradas, contudo, as pistas apontam para a eventualidade de ter ocorrido um curto-circuito quando um guarda ligou as máquinas da fábrica. Segundo dados apurados por este semanário, assim que o equipamento foi accionado, terá surgido um foco de incêndio na máquina. Perante a sua incapacidade em combater a chama, o guarda entrou alegadamente em pânico e fugiu para um matagal, onde permaneceu escondido por várias horas. No entanto, o seu misterioso desaparecimento chegou a levantar a hipótese de ter sido vítima das chamas. Mas, quanto a este aspecto, os bombeiros municipais asseguraram que ninguém foi encontrado dentro da fábrica, ferido ou morto.

Quando o piquete de bombeiros chegou ao local, encontrou o armazém mergulhado num manto de fumo negro. A fraca ventilação dentro do edifício e a própria direcção do vento, aliada ao calor provocado pelas chamas, criou sérias dificuldades de intervenção aos soldados da paz. Os bombeiros tiveram que retirar parte do telhado, feito de metal, para permitir a saída do fumo e combater as chamas.

“Detectámos um problema de arrumação das mercadorias no armazém, que estava apinhado de produtos. Este facto dificultou a nossa actuação”, frisa o comandante Barros, que evita avançar certezas sobre a origem do incêndio. Como diz, cabe aos bombeiros combater o fogo e aos policiais determinar as causas dos incêndios. Neste sentido, defende uma investigação policial sobre a ocorrência. Só que nem a POP e tão-pouco a Judiciária receberam ainda uma denúncia por parte da direcção da fábrica de calçados, no sentido de esclarecerem as dúvidas sobre o incêndio. Contactado para falar do assunto, Sérgio Ferreira mostrou indisponibilidade de tempo, pois a fábrica estava a contabilizar os prejuízos e a preparar-se para retomar a produção.

KzB



CRIANÇA desaparece sem rastos

Encontra-se desaparecida uma criança de oito anos na ilha do Sal. A família, que desconhece o paradeiro do menor desde 1 de Setembro, teme pela sua integridade física. O caso vem quebrando a cabeça dos investigadores da Polícia Judiciária desde o dia cinco, altura em que os parentes do menor reportaram às autoridades o desaparecimento de Adilson Soares, mais conhecido por Kaká.

A **Semana** falou com o sub-inspector da PJ Carlos Almada que admitiu não haver quaisquer pistas que levem aquela polícia à criança. Também abordou a mãe desta que parece convencida de que o seu filho foi raptado. Entretanto, sem pistas, anota o inspector, qualquer um torna-se suspeito, inclusive a própria família. O policial acha estranho o facto de a família só ter comunicado o desaparecimento quatro dias depois da ocorrência.

“Eu acho que raptaram o meu filho”, diz Adelaide Soares, 58 anos. A julgar pela conversa, Lai, como é conhecida, ainda não perdeu as esperanças de reencontrar o filho de oito anos, Adilson Soares. “Ele foi levado daqui, deve estar em outra ilha”, essa é a conclusão a que chegou Lai, depois que as muitas procuras da PJ não deram em nada. “Eles procuraram o meu menino por todos os lados, mas não encontraram”, diz. “Nós mesmos o buscámos por todos os lados”, continua a nora Maria Manuela Andrade. “Não ficou nenhum lugar por procurar”.

A mãe Adilson recoda que um indivíduo chamado Toy teria visto o seu filho, com um senhor de pele escura,



que segundo ela, “seria da Praia ou de São Vicente”. Segundo o sub-inspector Carlos Almada, a versão que lhes chegou dos familiares de Kaká, é que ele teria ido na companhia de uma outra criança, com um desconhecido, para indicar a este último onde comprar pombos. “Mas não há nenhuma referência que possa indicar quem seja a pessoa, características, sinais, nome, nada. O que estranhámos é o facto de a criança ter desaparecido de casa no dia um e a família só comunicar o ocorrido à polícia no dia cinco”.

Para o inspector, nesse intervalo de quatro dias houve tempo para tudo, até para “as informações que pudessem aju-

dar a polícia serem alteradas”. De acordo com essa fonte, no dia em que a família foi à delegacia da PJ não mencionou o nome de Toy, nem esclareceu que uma pessoa ter-se-ia deslocado com a criança, para que ela lhe indicasse um lugar onde poderiam comprar pombos. Isso não quer dizer que a polícia desconfia da família Soares, mas, por ossos do ofício, e na falta de indícios, para Carlos Almada, todo mundo pode ser suspeito, “inclusive a família”.

Entretanto, por insistência da mãe do menor, **A Semana** tentou apurar junto do ICM da Praia a veracidade de um rumor segundo o qual um casal de crianças entre os seis e oito anos foi visto na capital. Naquela instituição ficamos a saber, através da coordenadora dos Centros de Emergência Infantil, Assunção Oliveira, que tais informações não passavam efectivamente de rumores. Aliás, os rumores têm sido

um contratempo contra o qual a PJ tem vindo a conviver desde o início deste imbróglie e que em nada tem ajudado a desvendar este mistério.

Os últimos rumores davam conta de que o corpo de uma criança, que parecia ser o de Kaká, teria sido encontrado num navio pesqueiro espanhol que está encalhado desde o início deste ano na praia da Parda. A polícia foi ao local acompanhado de um tio de Kaká, que lhes terá passado essa informação, que, por sua vez, ouviu de um dos amigos do menino. Como em outras ocasiões, nenhuma pista foi encontrada. “O que constatámos foi um cheiro fétido a peixe podre”, ressalta Carlos Almada.

CRIMES SENTENCIADOS

Preços da delinquência

Uma moça combinou com o namorado, recluso na cadeia de Ribeirinha, e, à hora certa, atirou para o quintal da penitenciária um embrulho com destinatário certo. Para azar deles, um guarda prisional captou a cena. Resultado: a encomenda, que pesava 7,1 gramas, foi interceptada e a menina detida. A “erva” devia ser comercializada dentro da cadeia pelo namorado, preso inicialmente pelo crime de fogo posto.

O casal acabou por ser julgado e, esta semana, o Tribunal de S. Vicente sentenciou a moça a dois anos de prisão, enquanto que o namorado vai ficar preso por mais um ano e dez meses, assim que acabar de cumprir a pena por fogo posto. Durante o julgamento ficou claro que os dois são consumidores “crónicos” de cannabis, droga que, segundo consta, usam desde os 16 anos de idade. A moça, 21, é primária, razão que levou o Tribunal a suspender a execução da pena por um período de dois anos.

Num outro caso de narcotráfico, um coreano residente em Campinho apanhou quatro anos e três meses de cadeia, acusado de vender “erva” a adultos e a menores, em S. Vicente. O

cidadão da Coreia do Sul, 45 anos, foi surpreendido, em Abril do ano passado, na posse de cem charros, que pesaram 31,8 gramas. Apesar de ter defendido que a droga era para consumo próprio, o Tribunal teve outra convicção e responsabilizou o réu pelo crime de posse de estupefacientes para comércio. Consumidor frequente de cannabis, o coreano chegou a ser condenado em 1998, por receptação de produtos roubados.

Dois amigos estão interditados de frequentar a Praia Grande por um ano, segundo sentença decretada pelo Tribunal de S. Vicente. Os dois foram responsáveis por uma onda de roubos, que envolveu também outras duplas de assaltantes, que elegeram os turistas como os alvos preferidos.

Além dessa interdição, a Justiça condenou os réus a cumprirem 2, 6 e 2,9 anos de prisão, respectivamente, e de pagarem sessenta contos de indemnização a um casal alemão. Por sorte, os dois amigos viram a pena suspensa por um período de três anos mas, se regressarem à dita praia, podem ir “tomar banho” na cadeia.

Kim-Zé Brito

FAMÍLIA REVOLTADA ACUSA DELEGACIA DE SAÚDE DO SAL

7

- Mónica Rodrigues esclarece -

1 - Li no número 680 do jornal "A Semana" de 24 de Setembro corrente um artigo intitulado "FAMÍLIA REVOLTADA ACUSA DELEGACIA DE SAÚDE DO SAL" em que o meu nome vinha muitas vezes citado. Pensei, muito sinceramente, em não responder tal é a ligeireza com que foi escrito. Sem espírito crítico, sem profundidade, pejado de falsidades e incorrecções, enfim, um trabalho de um amator principiante. Mas o meu nome, como já disse, foi tantas vezes referido que até parecia que era eu a visada e não a delegacia de saúde. O autor nem sequer se deu ao luxo de analisar as suas próprias incongruências. Isto sem falar no cobarde ponto de interrogação que foi apostado ao destacado sub-título "Negligência Médica"?

2 - Penso que artigos que firam o bom nome e a dignidade das pessoas deviam merecer mais atenção e maior idoneidade dos articulistas que se traduziriam em uma investigação mais aturada que trouxesse ao grande público verdades e não interrogações insidiosas e eivadas de má-fé.

3 - É falso. Completamente falso que eu, Mónica Rodrigues, estivesse de serviço no dia 17 de Setembro. Qualquer debutante de jornalismo teria tido o cuidado mínimo de consultar, por qualquer via, a escala de serviço do hospital. Porque é que o articulista não o fez?...

4 - É simplesmente caricata e ridícula a asserção (fim da 1ª coluna do ar-

tigo) "Revoltado, Nunes pergunta por que razão Mónica Rodrigues não pediu à sua colega, Carla Andrade, ou a outro médico que ficasse com os portugueses por uns minutos enquanto ia ver o seu neto". Apeete perguntar: Se havia outros médicos disponíveis porquê tanta insistência em Drª. Mónica Rodrigues que nem sequer é pediatra?

5 - Também não é verdade que eu tenha ignorado o pedido do familiar. Aconselhei-o calma, sim e encaminhei-o para o médico de serviço de urgência acabando eu, por insistência desses familiares a observar também o paciente no próprio dia, sexta-feira 17.

6 - De assinalar uma grave imprecisão do articulista: Não me encontrava na secretaria a conversar mas sim no meu Gabinete, como delegada-substituta recebendo uma missão de médicos portugueses. Os profissionais da palavra devem ter cuidado no que dizem. Não devem, por honestidade intelectual e seriedade profissional, utilizar termos ambíguos sobretudo conhecendo os efeitos perversos dessa ambiguidade. A menos que haja ignorância... Ou verdadeiramente má-fé.

7 - Porque será que o articulista omitiu que o paciente foi observado e medicado também nos dias 18 e 19, não por apenas um médico mas sim por dois, acabando o médico de serviço por decidir pela evacuação?

8 - Em conclusão: O paciente foi in-

ternado no próprio dia que se apresentou no Hospital. Foi visto, no seu conjunto, por quatro médicos. Foi evacuado, no terceiro dia por iniciativa própria dos Serviços de Saúde. Nos três dias em que o paciente esteve internado foi sempre visto por mais do que um médico. Por isso,

9 - É de uma ingénua infantilidade ou confrangedora irresponsabilidade a interpretação que o articulista faz dos factos ao referir, cito: "... ela acredita que o mesmo estaria agora vivo se tivesse recebido o devido atendimento dos profissionais de saúde que atenderam o menino". (fim de citação)

10 - Não deixa de ser também irresponsável e nota de um mau jornalismo quando o articulista utiliza imprecisões do género "e teve que esperar demasiado tempo para ser atendido". (o sublinhado é meu) Quanto tempo, é demasiado tempo? Tem o articulista ideia que esse "demasiado" é altamente subjectivo? Esse tempo não devia ter sido quantificado num jornalismo sério e bem intencionado?

11 - O articulista com certeza sabe que em todos os serviços e em todas as profissões há normas e regras a seguir e que essas normas e regras são feitas a pensar no utente e nunca contra o utente; e acredite, senhor articulista, que não fui eu que as fiz embora me preze muito de as cumprir escrupulosamente.

12 - Quanto ao diagnóstico feito e à terapêutica ministrada escuso-me absolutamente, por razões mais do que óbvias, de os comentar e muito menos publicamente. Mas não deixarei de citar um velho aforismo popular, no estrito quadro da sua interpretação: "Não vá o sapateiro para além das chinelas"!

13 - O direito de resposta que ora utilizo não me coíbe de procurar nas instâncias judiciais competentes a reposição da verdade e reparação dos danos que me causaram embora sabendo que esses danos provocados por esse artigo a todos os títulos irresponsáveis são já irreparáveis.

14 - Mas não queria terminar este esclarecimento sem me referir à exploração burlesca e mesquinha que foi dado a um acontecimento numa situação e num momento (dois dias apenas depois da morte de Everton) que o bom senso aconselharia de ponderação, reflexão e de solidariedade em vez de manipulação grotesca de profundos e respeitáveis sentimentos de uma família sofrida convertendo-os numa peça jornalística inócua, inoportuna, vincadamente oportunista e de mau gosto.

15 - Quero, para finalizar, solidarizar-me muito sinceramente com a dor e o sofrimento da família enlutada e apresentar-lhe as minhas sentidas condolências.

Praia, 5 de Outubro de 2004

NOTA DO JORNALISTA

É com pesar que assumo o protagonismo de uma história de que fui mero relator de factos e pontos de vista. A médica Mónica Rodrigues, em vez de responder à acusação da família enlutada, acusa-me de irresponsabilidade, má-fé e de incompetência, ou mesmo "amadorismo", só por exercer o meu dever profissional. Devo lembrar-lhe, senhora doutora, que sou tão amator quanto a senhora que também estudou e tem um diploma para comprovar que é médica? Sem contar que estudamos no mesmo país.

De amator, só tenho o amor à profissão que escolhi e que exerço com responsabilidade, inclusive de achar que não me devia posicionar num assunto tão sério. Sem contar que a tal médica sabe o quanto a procurei para falar sobre a matéria. Insisti muito

mesmo até conseguir falar com ela.

A doutora refere-se a incongruências deste jornalista e aponta imprecisões em relatos que não foram meus. Se calhar chama de mentirosa a família que me contou os factos relatados no artigo, e se calhar, chama de incompetente toda uma equipa de jornalismo que permite a este "principiante" trabalhar em **A Semana** e ainda deixa "escapar" todas as tais "incongruências".

Poderia até entrar num debate sobre jornalismo com a senhora, mas não o faço porque quem está em questão não sou eu, mas sim a doutora... que, aliás, devia aproveitar para explicar publicamente o que sucedeu na verdade, já que disse que têm provas de que fizeram tudo o que estava ao vosso al-

cance para socorrer a malograda criança. Se calhar é o que deveria ter feito, quando fui lhe procurar e, muito nervosa, quase não me deixou explicar do que a acusavam a si e aos seus colegas. A doutora diz que nem sequer consultei a escala de serviço, para verificar se estava ou não de serviço no dia 17; então, minha senhora, os depoimentos seus que estão patentes no artigo que agora contesta, se calhar, não aconteceram. E quanto ao ditado que ditou a sua carta e que correctamente é "não suba o sapateiro além das chinelas", rogo a Deus para que não perceba tanto de medicina como de jornalismo.

O acusado
Kaunda Simas

Vendedores senegaleses revoltam

Vendedores ambulantes, oriundos do Senegal e residentes na ilha do Sal, entraram em choque com a polícia nessa ilha, causando o maior reboliço público no passado sábado. O balanço é uma viatura da POP com vidros partidos, a esquadra apedrejada, e 28 imigrantes detidos. O caso, que está a suscitar preocupações, chama a atenção para o problema da livre circulação de pessoas e bens, no espaço CEDEAO, em Cabo Verde.

POR: KAUNDA SIMAS

Vendedores ambulantes e polícia proporcionaram cenas pouco habituais para os habitantes da Vila de Santa Maria, no passado sábado, com perseguições e troca de agressões. A cena, que gerou muita confusão e indignação entre os habitantes daquela vila, resultou em 28 detidos, um Toyota Land Cruiser da polícia com os vidros partidos. A esquadra da POP em Santa Maria também foi apedrejada por vendedores indignados com a intervenção da polícia, que havia preso um colega seu, por este estar a vender na praia.

Ao que parece os detidos são todos senegaleses, da etnia Laobé, grandes produtores e vendedores de peças de artesanato. E tudo começou, segundo testemunhos recolhidos por **A Semana** no terreno, quando no sábado um guarda do Hotel Crioula chamou a polícia por causa de um vendedor ambulante que tentava vender nas imediações do hotel. Os policiais, que chegaram ao local, confiscaram os produtos do "inoportuno" vendedor. Revoltado, este chamou alguns colegas e, segundo as testemunhas, cerca de oito deles agrediram o tal guarda, atirando-o para o chão, num acto de revanche.

A polícia voltou ao local para prender os citados indivíduos que tentaram fugir. Antes, um deles reagiu agredindo um dos polícias a soco. Um dos agentes respondeu com uma "paulada" na cabeça desse indivíduo, ferindo-o. Este, mesmo assim, conseguiu escapular quando um dos polícias tentava metê-lo num táxi para ser encaminhado à esquadra, já que a viatura da POP estava na perseguição dos outros suspeitos.

"Ele apedrejou o polícia e fez um gesto obsceno com os braços e desatou a correr", conta uma testemunha. Foi quando apareceu a viatura da POP com outros detidos dentro e que vinha auxiliar os colegas. E foi aí que "os outros que estavam no carro saltaram para fora com o veículo em velocidade e bateram tão forte no chão que ali ficaram", continua a nossa fonte. A partir daí chegaram mais "senegaleses" que começaram a



"arranjar confusão".

Segundo a testemunha, os imigrantes ainda tentaram desarmar um agente que se encontrava sozinho naquele momento. Enquanto os outros policiais tentavam socorrer os que tinham estatelado no chão ao tentar saltar do carro, para os levar ao hospital, mas foram impedidos pelos restantes companheiros desses detidos. E foram esses mesmos elementos que, a seguir, apedrejaram uma loja de *souvenirs*. E, um cabo-verdiano que assistiu à cena e que impediu o grupo quando este quis tirar o revólver ao policial, teve de se esconder na loja, para escapar da perseguição que lhe foi movida pelos "desordeiros".

Depois disso, os senegaleses foram para o centro da vila, onde acabaram por apedregar a esquadra e uma viatura da Polícia. A POP pediu reforços dos Espargos.

Ondina Geniéve, moradora de Santa Maria, diz ter chamado a polícia e a rádio por causa do tumulto. "Eles apareciam em cada esquina, se agruparam aqui na Rua da Igreja, a rua principal, munidos de pedras. Eram homens e mulheres e foram em direcção à

esquadra", conta.

No meio da confusão as forças armadas acabaram por ser também chamadas ao local. Uma testemunha diz que os militares chegaram num camião cheio e de arma em punho. Felizmente, segundo Ondina, não foi necessária a intervenção dos militares.

Senegaleses dizem-se discriminados

Os senegaleses, residentes no Sal, dizem-se perseguidos e alvo de racismo e outros preconceitos, tanto por parte das autoridades locais, como dos próprios cidadãos cabo-verdianos. Pelo menos é o que diz um imigrante residente em Santa Maria, sob anonimato. Ele garante que não participou da confusão deste final de semana, mas diz-se indignado pela forma como os seus compatriotas foram tratados pela polícia. "Eles os levaram que nem cachorros".

O mesmo imigrante diz ter, contudo, a consciência de que seus compatriotas não agiram bem ao agredir as autoridades, e tão pouco devem vender na praia de Santa Ma-

ria. "Mas não temos outro meio de subsistência", queixa-se, ao mesmo tempo que reclama das condições para a integração dos africanos em Cabo Verde. "Nós temos que comer, pagar renda... Mas vender na praia não é razão para nos agredirem, não é normal".

A Semana conversou com alguns moradores de Santa Maria sobre o incidente de sábado. Enquanto a maioria congratula-se com a intervenção da POP na ocasião, alguns acusam a polícia de uso excessivo da força em alguns momentos. Duas testemunhas relatam que um policial agrediu com um soco no rosto um dos detidos que se encontrava já imobilizado com algemas e nem sequer podia oferecer resistência.

Uma jovem denuncia uma outra situação, que, se confirmada, é no mínimo vergonhosa. "Um grupo de senegaleses que vendiam *souvenirs* na Praia, incluindo uma senhora que fazia penteados africanos aos turistas, foram detidos pela polícia que lhes deu de palmatória, o que não pode ser", conta Sandra Helena.

Xaia, como é conhecida, diz que essa se-

"Vamos pedir desculpas aos

O presidente da Associação dos Senegaleses residentes em Cabo Verde (ASRCV), Mattar Sokhna, condena de forma veemente a atitude dos seus compatriotas no Sal, no passado sábado. E já prepara um pedido de desculpas às autoridades nacionais, "por tamanha malcriação".

"Vamos pedir desculpas às autoridades e a todo o povo cabo-verdiano pelo incidente provocado no passado sábado, no Sal, por um grupo de cidadãos senegaleses", revelou a **A Semana** o presidente da ASRCV, que considera o ocorrido "um acto grosseiro desses indivíduos, que envergonha a comunidade sene-

galesa em Cabo Verde".

Segundo Mattar Sokhna, mesmo havendo agressão dos agentes da polícia, os senegaleses não podiam reagir daquela forma. "Foi feio e o pior é que se aponta o dedo a toda a comunidade senegalesa, quando não passa de um acto reprovável de um pequeno grupo (etnia Laobé, minoritária no Senegal e conhecida por fabricar e vender peças de artesanato) dos mais de 300 cidadãos senegaleses que vivem no Sal", comenta o presidente da ASRCV, para quem as relações entre o Senegal e Cabo Verde não ficam, de todo, afectadas.

Até porque, acrescenta Sokhna, os

senegaleses detidos pela polícia não têm qualquer razão. "A Câmara Municipal já os tinha alertado de que não lhes era permitido vender nas praias de Santa Maria. Não cumpriram, portanto, tinham que ser retirados dali por ser uma área turística, sector muito importante para o Sal. Aliás, nem sei por que fizeram aquilo, pois sabem que mesmo no Senegal é-lhes proibido vender nas praias. Ou melhor, nem sequer chegam lá, devido à forte segurança montada pelas autoridades locais", revela o nosso entrevistado que, entretanto, promete ajudar no que for preciso - pagamento de multas, por exemplo - para que "situações do tipo não voltem a acontecer e não

-se contra polícia

ria uma das razões porque que já se vinha sentindo “o caldeirão a ferver” nos últimos dias em Santa Maria. Ela diz ainda que alguns senegaleses teriam ido na loja onde trabalha para enviar uma mensagem e-mail para uma rádio senegalesa a denunciar alguns episódios de que vinham a sendo vítimas.

A palavra que corre, segundo uma comerciante local, é que os senegaleses já vinham preparando alguma reacção. “Eles estiveram a contactar o seu governo”, relata Ondina Genieve, que trabalha num restaurante e loja. Ela conta que um representante da Embaixada do Senegal, o encarregado dos negócios, Joseph Sarr, está no Sal, coincidentemente, desde a manhã de sábado, dia do incidente, a investigar possíveis casos de maus tratos por parte das autoridades policiais com relação aos seus concidadãos.

“Eles me ligaram na quinta-feira a dizer que teriam sido agredidos pela polícia” diz Josep Sarr. Visivelmente consternado com a situação, o diplomata diz ter interpellado o Comandante Regional da POP no Sal, João José de Pina, que lhe disse não ter chegado ao seu conhecimento nenhum caso de agressão policial aos senegaleses.

“Mas eu constatei que machucaram alguns senegaleses”, afirma Joseph Sarr, para quem não podem acontecer casos desse tipo, dado que as relações entre Cabo Verde e o Senegal sempre se pautaram pela amizade, sendo o seu país, de há muito, um porto de abrigo para milhares de cabo-verdianos. O diplomata manifesta a intenção de esclarecer junto à POP toda a situação, para que juntos, Praia e Dakar, encontrem uma solução para os problemas que afectam os senegaleses em Cabo Verde.

Presidente da Câmara pronuncia-se

Na onda dos acontecimentos do passado sábado, o autarca do Sal entendeu convocar a imprensa para exprimir o seu ponto de vista sobre o caso. Jorge Figueiredo critica a forma como vem decorrendo a livre circulação de pessoas e bens, no âmbito dos acordos existentes entre Cabo Verde e o Senegal ou entre Cabo Verde e os restantes países da CEDEAO. A seu ver, Sal é um dos concelhos que mais vem sofrendo com a “incorrecta interpretação” do princípio da referida livre circulação.

O edil defende que medidas devem ser tomadas no sentido de se controlar tanto a entrada de pessoas e bens nos portos e aeroportos do país, como nas ruas do país, quanto

à razão da estada, meios de subsistência, etc. E, se necessário, os mecanismos de extradição devem ser accionados em relação a todos aqueles que se encontram de forma irregular no país, diz. E sentencia: “A livre circulação de pessoas e bens, não pode ser de maneira nenhuma confundida com ausência de leis e, pior, com o não cumprimento das leis vigentes no nosso país”, defende.

Segundo Jorge Figueiredo, esta não é a primeira vez que os imigrantes entram em choque com as autoridades, “num total desrespeito à instituição policial e às leis vigentes no país”. Por isso, congratula-se com a “intervenção profissional” da POP na ocasião, evitando consequências que “poderiam ser absolutamente desastrosas para os interesses da ilha e do país”.

Para o autarca do Sal, a forma como vem ocorrendo a livre circulação favorece a entrada em Cabo Verde dos “que se encontram à margem da lei em seus países de origem, e fenómenos de tráfico de drogas e prostituição”.

POP reage

O director dos Serviços da Emigração e Fronteiras assegura ter cumprido a lei, prendendo e apresentado à justiça 28 dos 100 emigrantes senegaleses que protestaram frente à Esquadra da POP em Santa Maria, apedrejando esta instalação e uma viatura da polícia, que ficou substancialmente danificada. Os 19 senegaleses que foram apresentados ao tribunal do Sal para legalização da prisão estão agora em liberdade, mediante pagamento de caução e “outras obrigações”. Segundo A Semana apurou de fontes próximas do tribunal do Sal, esses 19 senegaleses estão proibidos de se ausentarem do país sem prévia autorização do tribunal.

Paralelamente aos processos judiciais em curso, Júlio Melício assegura que o serviço que dirige está a acompanhar a situação e a ponderar as medidas a serem tomadas. “Estamos a analisar, caso a caso, o processo dos envolvidos nesse motim. E independentemente da decisão que o Tribunal vier a tomar, poderemos expulsar administrativamente alguns dos desordeiros, caso venhamos a concluir ser esta a medida que melhor garanta a segurança e a tranquilidade pública na ilha do Sal”.

Aquele subintendente avisa que a POP está de prevenção e prevê reforçar o efectivo policial na ilha, para reprimir com força os emigrantes que eventualmente tentem novamente provocar desordem idêntica a nível local.

s cabo-verdianos”

envergonhem novamente a comunidade senegalesa em Cabo Verde”.

Quem também não gostou da atitude dos senegaleses no Sal foi o presidente da Associação dos Nigerianos residentes em Cabo Verde. Para Mathew Chiwe-du Ugorji, conhecido por Dedé, “se fosse num país da Europa eles poderiam até ser expulsos e enviados de volta ao Senegal”.

“É inadmissível e intolerável agredir agentes da autoridade, seja por que motivo for. Há instâncias próprias para resolver estes casos”, comenta Dedé que rejeita qualquer justificação que ponha ter-se tratado de um acto racista dos polícias. “A lei não existe apenas para os senegale-

ses, nigerianos ou outro estrangeiro aqui. Existe para ser cumprida por todos. Não é por acaso que vemos quase todos os dias agentes da POP a correr atrás das vendedeiras ambulantes da Praia, como acontece, aliás, em muitos países”.

O representante dos nigerianos no arquipélago adiantou ainda a A Semana que se vai reunir com o presidente da associação dos senegaleses e dos restantes países da região, para discutir o assunto e tentar encontrar soluções “para que cenas como as do passado sábado no Sal não voltem a ser notícia em Cabo Verde”.

HS

JÚLIO CORREIA AVISA:

O ministro da Administração Interna entende que o motim da semana passada no Sal deve ser visto sem dramas, mas avança que o país não tolerará qualquer situação que ponha em causa a autoridade do Estado. Júlio Correia adverte, porém, que este mesmo Estado de direito deve fugir de toda a tentação xenófoba, visto Cabo Verde ser um país de emigrantes e aberto ao mundo. O governante aproveita para anunciar algumas medidas para o reforço da segurança nacional, designadamente a revisão da lei da permanência e fixação de estrangeiros no arquipélago.



Autoridade do Estado será defendida sem xenofobia

Para Júlio Correia o motim que envolveu, na semana passada, imigrantes senegaleses na Vila de Santa Maria, é intolerável, por ter posto em causa a autoridade do Estado cabo-verdiano. Mesmo assim, aquele governante salienta que o referido caso deve ser analisado com frieza e determinação. “Temos, de todo modo, de evitar qualquer excesso e ânimo leve no tratamento dessa questão, que é séria, mas sem dramas. Todavia não será permitido que qualquer cidadão, independentemente da sua nacionalidade, ponha em causa a autoridade do Estado de Cabo Verde. Neste particular, não seremos complacentes”.

Correia afirma que Cabo Verde tem sido um país aberto ao mundo, sem que isto signifique qualquer incumprimento das suas normas. O governante reconhece a gravidade do incidente do Sal, ao mesmo tempo que se diz contra, numa alusão indirecta a discursos políticos produzidos na ilha do aeroporto, qualquer tentativa xenófoba em relação aos estrangeiros residentes no país. “Temos de evitar toda e qualquer tentativa de dramatizar esta questão ou qualquer tentação xenófoba em relação aos estrangeiros residentes no país. Temos sim é de fazer cumprir a lei”.

Instituto a comentar as declarações do presidente da Câmara do Sal, segundo as quais as entidades competentes devem tomar as medidas que podem ir até à possível extradição dos envolvidos no motim de Santa Maria, Correia responde: “O presidente da Câmara do Sal deve cuidar do Sal e das preocupações que são da competência legal desta autarquia. E deve o governo cuidar daquilo que é da sua competência, nomeadamente desta questão, que é da segurança do Estado. O governo não aliena as suas competên-

cias”.

O ministro avisa, porém, que todos os estrangeiros que residem neste momento em Cabo Verde devem entender o seguinte: ou estão legais e devem ser respeitados todos os seus direitos e deveres, conforme estipula a lei cabo-verdiana, ou podem ser expulsos, caso se encontrarem em situação ilegal. “Ou seja, no caso concreto dos senegaleses, se alguns dos envolvidos no motim do Sal se encontrarem ilegais podem ser expulsos de Cabo Verde”, avisa.

Correia avança que esse processo está a seguir os seus trâmites normais e apela a todos os estrangeiros a cumprirem a lei em vigor sobre a fixação dos mesmos no país. “Todos os estrangeiros que residem em Cabo Verde sabem claramente que a nossa lei define as condições de permanência e de fixação de residência de estrangeiros no país. Porque a lei é para ser cumprida, as autoridades vão tomar todas as medidas para com aqueles que não reúnem as condições fixadas nessa mesma lei para residirem em Cabo Verde”.

Júlio Correia anuncia, por outro lado, que o governo tem em curso um conjunto de medidas para reforçar a segurança nacional. Dentre elas, aquele responsável destaca a proposta para a revisão da lei de estrangeiros, que deverá, segundo ele, sofrer alterações significativas. “As autoridades nacionais têm que trabalhar no sentido de só permitir a residência em Cabo Verde de cidadãos estrangeiros que o Estado possa garantir a dignidade mínima e necessária para se fixarem no país”, defende o ministro da Administração Interna, para quem os que optarem por seguir esta via têm de cumprir os requisitos exigidos neste sentido e fixados na lei.

ADP



A irregularidade das chuvas e o surto de gafanhotos do deserto são dois elementos que ameaçam, este ano, a temporada agrícola em Cabo Verde. Apesar destes e outros constrangimentos, a agricultura, segundo a ministra da Agricultura, Ambiente e Pescas, tende a tornar-se cada vez mais um espaço de investimento privado, ainda que a nível do microcrédito. E Madalena Neves reconhece ser esse o "ponto fraco" da estratégia do governo para o sector. A modernização nos métodos de produção e a gradual substituição do milho por outras culturas despontam como elementos da mudança que se está a operar no campo, com resultados impensáveis até há algum tempo atrás, defende Madalena Neves.

— POR: JOSÉ VICENTE LOPES —

O CAMPO está a mudar

A Semana - Há neste momento o temor de um mau ano agrícola. Como é que o seu ministério está a encarar essa questão?

Madalena Neves - A campanha agrícola de 2004/05 começou, em termos de pluviometria, com algum atraso, se comparado com 2003. As primeiras chuvas só caíram em finais de Julho, e temos tido algum intervalo na queda das chuvas. Isto, para algumas culturas, sobretudo o milho, tem efeitos na produção. Neste mo-

mento a equipa técnica do MAAP está a fazer a volta às ilhas para avaliar no terreno a situação, sobretudo nas quatro principais ilhas agrícolas - Santiago, Santo Antão, Fogo e São Nicolau - para assim termos uma avaliação da perspectiva em termos de produção.

Mas devo dizer que com as últimas chuvas, sobretudo nas duas últimas semanas, recuperámos muito em termos de pluviometria e recarga de água, elementos cruciais em Cabo Verde. Em termos de produção de pastos e feijões, as perspectivas são satisfatórias. Quanto ao resto, só em finais deste mês poderemos ter uma avaliação.

- Quer dizer que a situação não é tão sombria como se pintou inicialmente?

- A situação melhorou significativamente desde a primeira avaliação feita em inícios de Setembro. Há zonas onde será necessária uma intervenção, sobretudo nas zonas áridas, do litoral. Mas há um programa já elaborado, que está sendo implementado em Santiago, Santo Antão e Fogo.

- A situação das pragas, nomeadamente de gafanhotos, como está neste momento?

- A situação estava controlada, mas neste fim-de-semana surgiu um importante surto que afectou sobretudo a ilha de Santo Antão, onde a situação é grave, e também Maio e Boa Vista. E registaram-se também algumas entradas em São Nicolau e no Fogo.

- Temos informação que Cabo Verde está a pedir reforços à comunidade internacional.

- Sim, é verdade. Já esta semana vamos começar uma intervenção com meios reforçados.

- Este tipo de solicitação não podia ter sido feito mais cedo?

- Não. Houve um pedido anterior à FAO, que nos disponibilizou 15 mil contos para pesticidas e outros materiais. Outros tipos de apoio só são concedidos depois da entrada, mesmo, dos gafanhotos. Isto aconteceu neste fim-de-semana.

- E as outras pragas?

- Temos a "tartaruga" que este ano teve uma incidência grande nas culturas, que também está sendo combatida com os meios existentes. A nossa intervenção é no sentido de procurar, em parceria com as instituições regionais, os meios de comba-

te biológico, à semelhança do que já fizemos com a mosquinha branca, onde já temos resultados extremamente positivos quando comparados com o quadro que tínhamos até ao ano passado. A situação foi mesmo invertida, sobretudo, na bananeira e na mandioca.

- Mas em que ilhas?

- Em praticamente todas as ilhas agrícolas.

- Mas a informação que eu tenho é que em Santo Antão a mosquinha branca continua a causar problemas.

- Na bananeira e na mandioca foi reduzida já significativamente. A acção continua sobre o coqueiro. Mas esta é uma espécie diferente e ainda não se conseguiu identificar o parasita, isto porque estamos a fazer o combate biológico.

- A agricultura é uma das componentes da luta contra a pobreza. A abordagem do seu ministério é assistencialista, produtiva, como é que é?

- A abordagem do MAAP passa pela implementação de uma estratégia que permita valorizar a agricultura como sector de produção, quer para o abastecimento local, quer para o abastecimento hoteleiro ligado ao turismo. É também uma vertente de modernização do campo e de desenvolvimento integrado das comunidades rurais. Isto passa pela introdução de novas tecnologias e pela formação para a produção e pela valorização da actividade agrícola como actividade económica.

Governo x Câmaras

- Esta abordagem visa a reconversão das FAIMO?

- Ela visa a reconversão do emprego público tornando-o uma actividade produtiva. Portanto, passa por dar emprego, garantindo rendimentos, mas também por produzir, criando condições para o desenvolvimento das comunidades, que beneficiam destes investimentos.

- Essa política terá aceitação popular?

- Temos tido aceitação, conseguimos uma nova organização do trabalho no campo, com o envolvimento das associações, com resultados satisfatórios. Vamos reforçar a intervenção a nível da formação, sobretudo a formação profissionalizante teremos ainda a alfabetização funcional, para as camadas que estão envolvidas nas FAIMO.

- Mas também há menos FAIMO recente?

- Como frentes de trabalho há menos, mas isto deve-se à mudança do sistema de implementação dos trabalhos públicos. Antes, todo o emprego público era executado através de dois ministérios - MAAP e MIT -, posteriormente passou-se para uma fase em que o governo assinava contratos programas com as câmaras municipais e estas executavam.

Hoje, com o programa de desenvolvimento do sector social, no quadro do programa de luta contra a pobreza e da criação da Agecabo, houve a mudança do sistema de execução desses trabalhos, através de concursos, abertos à participação de pequenas empresas. Os recursos que são destinados para o emprego público aumentaram, e significativamente.

- Em que montantes?

- Só no quadro do programa de desenvolvimento social há mais de um milhão de contos para o desenvolvimento desses programas. E há uma mudança na forma de execução desses programas.

- Mudança em que sentido?

- Já não são, digamos, frentes de trabalho abertas directamente pelo MAAP e MIT. As infra-estruturas são implementadas, através de pequenas empresas ou de associações locais.

- Mas essa mudança é mal aceite pelas câmaras municipais.



“Neste momento o ponto fraco da implementação da estratégia do governo para o campo continua sendo o crédito, sobretudo o pequeno crédito, para o agricultor e o criador. Mas estamos a desenvolver várias iniciativas que tem a questão do crédito como uma das suas vertentes. É o caso do programa especial de segurança alimentar”.

- Acho que a coisa não se põe nesses termos. O que há é uma menor intervenção na gestão directa do emprego público. E é isso, no fundo, que vem sendo questionado pelas CM. Antes tinham uma intervenção directa no recrutamento das pessoas, no pagamento e na gestão dos recursos, no novo figurino seleccionam as actividades, definem as prioridades, mas a execução é feita através de empresas, com o acompanhamento da Agecabo.

- No fundo, retirou-se às CM o mecanismo de controlo político, é isso?

- Da nossa parte é um avanço ditado pela economia...

- Para um economista é um avanço; para um político, é menos um instrumento de mobilização, menos pessoas dependentes menos votos sob o seu controlo, mas também o governo ganha maior protagonismo...

- Depende da forma como se faz política em Cabo Verde. Acho que é isso que tem de mudar. (risos)

- Esse mecanismo é hoje mais aceite, ou continua a haver atritos entre o poder central, neste caso o MAAP, e as CM?

- É uma situação aceite. Os resultados estão aí para provar que a via escolhida é boa. Estive recentemente em Santo Antão e pude constatar, in loco, os trabalhos desenvolvidos pelas associações - trabalhos com impacto em termos de mobilização de água, de melhoria das condições de vida das populações nas diferentes ribeiras. Aqui em Santiago também temos inúmeros exemplos. As próprias CM recorrem às associações quando querem executar determinados trabalhos. Portanto, essa capacidade local criada é um ganho para as comunidades e para os concelhos.

- Mas a crítica hoje transfere-se para um outro campo. Diz-se que há uma politização das associações. Como reage a isso?

- As associações são integradas por pessoas, que têm a liberdade de fazer a sua escolha política e não só. O que se faz é um contrato com as associações para

executarem os trabalhos.

- Mas as obras são adjudicadas de que forma?

- Através de concurso e tendo em conta a capacidade de execução. As associações são avaliadas por equipas. Se cumprirem todos os critérios estabelecidos nos programas continuam, caso contrário são retiradas.

- Há uns tempos atrás dizia-se que as associações estavam a transformar-se numa extensão do governo nos municípios...

- Não é verdade. Elas são organizações comunitárias e vêm desempenhando um papel importante no desenvolvimento das suas comunidades e na redução da pobreza. É o caso da associação de Ribeireta, um exemplo em termos de desenvolvimento integrado das comunidades e de ordenamento das bacias hidrográficas. A partir do elemento gestão da água, essa associação desenvolveu um projecto de produção agrícola e pecuária, e já está na transformação dos produtos agrícolas. Temos casos de pessoas que já tinham abandonado Ribeireta -, uma zona rural - e agora já regressaram frente à melhoria de condições de produção e de vida. Hoje têm energia, têm acesso aos bens de produção e com condições modernas para continuar o desenvolvimento da sua comunidade.

Praticamente em toda a ilha de Santiago, Santo Antão e Fogo, há um número elevado de associações, que vêm desempenhando um papel importante não só na identificação de prioridades das suas comunidades, como na execução ou reforço da execução local.

Bacias e barragens

- Falou de bacias hidrográficas há pouco. Em que pé se encontra o projecto da barragem de Santa Cruz?

- Com a ida recente do senhor primeiro-ministro à China, um dos acordos assinados é o da implementação da barragem e aguardamos a todo o momento a comunicação, por parte da China, da empresa

que virá executar o projecto.

- E o problema de propriedade com a igreja?

- Estamos em negociações. Na verdade, para além dessa propriedade há outros casos que estamos a negociar. Há terrenos que pertencem à igreja, outros ao Estado e ainda a pequenos proprietários privados. É um processo global. Temos uma equipa no terreno que está a proceder à avaliação e estamos também a trabalhar as alternativas para as pessoas que desenvolvem actividade nessa zona.

- A informação que se tinha é que as obras iriam arrancar agora em Outubro. Isso mantém-se?

- Em termos de montagem de estaleiros da empresa, para arranque das obras, sim. Mas só poderemos iniciar o trabalho, verdadeiramente falando, depois do período das chuvas. A barragem será mesmo numa ribeira.

- E os casos das bacias de Alto Mira e Ribeira da Torre, em Santo Antão?

- Estão em fase de arranque. Para Alto Mira os recursos já foram transferidos e a delegação do MAAP vai dar início às obras; e Ribeira da Torre está na mesma fase.

- Isto é um projecto para quanto tempo?

- A duração é a mesma que temos para os projectos de Santiago. Mas com a mobilização de recursos que nós prevemos, no quadro do Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) e eventualmente outras fontes, como o BADEA, poderemos encurtar o prazo de realização.

- Isto emprega quantas pessoas?

- Em termos de emprego directo, neste momento, estamos a prever mais de duas mil pessoas em Santo Antão. Mas a população à volta dessas bacias será superior a sete mil pessoas.

- Que impacto o projecto de Santa Cruz poderá ter na reconfiguração agrícola aqui de Santiago?

- A mudança vai ser radical. Não só em termos de mobilização da água, como de produção agrícola. Em primeiro lugar vai-se introduzir o elemento certeza no sector, que é fundamental. Até aqui a agricultura é caracterizada pela vulnerabilidade devido à escassez de água e à aleatoriedade das chuvas. Além do factor certeza, vamos introduzir a modernização, havendo a possibilidade de multiplicar por três a produção dessa ribeira. Há também o micro clima que se cria à volta, além da possibilidade que abre para o desenvolvimento de outros projectos no país.

- A barragem de Santa Cruz põe de parte o projecto da Trindade?

- Trindade, neste momento, é uma zona habitacional. A intervenção aí implicaria custos elevadíssimos. Vamos fazer sempre a conservação de solo e água, a execução de obras de engenharia rural para proteger a zona mais a montante, mas já é uma zona urbana neste momento.

- Apesar de tudo o que disse, os agricultores continuam a lamentar a sua situação. Lamentam a falta de investimentos, a inexistência de uma política de microcréditos... Como reage a isso?

- Neste momento o ponto fraco da implementação da estratégia do governo para o campo continua sendo o crédito, sobretudo o pequeno crédito, para o agricultor e o criador. Mas estamos a desenvolver várias iniciativas que têm a questão do crédito como uma das suas vertentes. É o caso do programa especial de segurança alimentar.

Acreditamos que no quadro do Orçamento do Estado para 2005, o microcrédito vai constituir um elemento crucial para o programa do governo. Em parceria com a FAO já realizámos algumas reflexões sobre isso, existem vertentes de microcrédito, sobretudo no quadro do PNLP, para as zonas rurais com a intervenção de ONG's



Cabo Verde tem uma das maiores

e vamos, em coordenação com o Ministério das Finanças, mobilizar as sinergias para resolver a questão do financiamento para o desenvolvimento rural.

- Ao que parece 2005 vai ser um ano de "abri águ" para o campo. Porquê? Eleitoralismo puro?

- (risos) Não. O que há é um conjunto de projectos que estavam em preparação e em negociação. É preciso ver que o ciclo dos projectos em Cabo Verde é relativamente longo. A identificação, a realização de estudos e a negociação do financiamento é um processo relativamente longo, que nem sempre depende do governo. Cada parceiro tem o seu ciclo e é este elemento que, às vezes, faz com que haja projectos que arrancam e só têm concretização dois anos e meio ou três anos depois.

Neste momento, temos um conjunto grande de projectos importantes para a agricultura - barragem, bacias hidrográficas -, fora as medidas para a pecuária e o microcrédito, que estão a chegar à fase de maturação. Exactamente devido a esse ciclo do projecto em Cabo Verde. Nós dependemos em 80 % de recursos externos para realizarmos os nossos investimentos.

- Quer então dizer que em 2005 os ventos no campo serão feição?

- Sim, este é um elemento certo, com os grandes projectos que vão arrancar e com a consolidação de toda a estratégia de desenvolvimento agrícola que o MAAP vem implementando ao longo de todos estes anos.

- A ideia que se tem é que estabilidade macroeconómica que se persegue em Cabo Verde está a ser feita muito à custa da população rural. É verdade?

- É verdade que 2004 tem sido um ano difícil para o mundo rural, mas, de uma forma geral, para todo o programa de investimentos, tendo em conta a mudança do sistema. Passámos, com vários parceiros, do sistema de ajuda a projectos para o sistema de ajuda orçamental. Neste novo sistema é necessário garantir um conjunto de condições prévias.

Vejamos apenas o exemplo do programa do ambiente (PANA II). Estamos a negociar com o parceiro principal, que é a Holanda, uma ajuda orçamental para o PANA II, que inclui a administração central e também o poder local. E, para isso, temos que definir o mecanismo de transferência dos recursos, de acompanhamento e de avaliação, para garantir que os recursos que são colocados à disposição de Cabo Verde são realmente utilizados na implementação do programa sectorial do ambiente. Esse processo vai exigir mudanças a nível da gestão orçamental e sobretudo, no relacionamento entre a administração central e o poder local.

- O PANA II está avaliado em quanto?

- Está avaliado em 350 milhões de euros. Durante os próximos 10 anos, Cabo Verde vai receber da Holanda 35 milhões de euros por ano, no âmbito desse programa do ambiente. Estamos neste momento a afinar essa programação, a definir as prioridades, e vamos iniciar o PANA, em 2005, com um conjunto de actividades que deverão abranger todos os sectores dos programas do ambiente.

- Toda a gente sabe que o ecossistema cabo-verdiano é extremamente frágil, mas nos últimos tempos a investida ao ambiente é gritante. Quais são as prioridades para esse programa?

- No PANA II identificámos três prioridades essenciais: uma primeira, que tem a



"A natureza é o principal recurso de Cabo Verde"

ver com o saneamento; uma segunda com a mobilização e gestão integrada dos recursos hídricos; e uma terceira com a protecção da orla costeira e dos recursos.

Há ainda várias outras medidas que visam não só pôr cobro a essa situação como também introduzir alternativas. O reforço da protecção das praias é uma vertente da nossa intervenção. Neste momento já há um corpo de protecção em Santa Cruz, está-se a estudar o alargamento a outras praias. Há a actividade do sector privado no fornecimento de areia através da importação de areia da Mauritânia.

- Há muito que se fala nessa importação e até hoje não se viu nada.

- Trata-se de uma iniciativa privada, que envolve um outro país, que implica a mobilização de meios técnicos importantes, quer para a extracção na Mauritânia, quer para a montagem da operação em Cabo Verde.

- Eu insisto mesmo assim: por um lado, essa importação nunca mais se concretiza, por outro, continuamos a assistir à devastação do ambiente. Como vamos sair deste chove não molha?

- Há as medidas imediatas como o reforço da polícia marítima. Há ainda uma outra vertente, que eu considero mais importante, que é o cabo-verdiano entender que o principal recurso que ele tem é a natureza. Os programas de desenvolvimento agrícola e da pecuária visam exactamente fornecer alternativa a essa população do mundo rural que carece de rendimentos.

- Repare, as populações de Praia Bai-xo e não sei de onde mais, não podem ficar eternamente à espera de meios al-

ternativos para viver. Entre o estômago e o ambiente, o estômago acaba por falar mais alto.

- Há, é verdade, o problema de rendimento, mas há também o problema da procura. Há um mercado que paga bem pela areia e que acaba por incentivar essa prática, daí a necessidade dessa alternativa em termos de fornecimento de areia para a construção civil. Por isso é que o governo está a apoiar essa iniciativa privada de importação de areia da Mauritânia.

- Mas quando é que se vai começar com essa importação?

- A informação de que disponho é que esse projecto está em fase final de concretização.

- Continuando ainda no ambiente. Nos últimos dois anos, pelo menos, dois importantes perímetros florestais foram alvo de incêndio - um no Fogo e outro em Santo Antão. Há alguma medida de recobertura de vegetação?

- Houve uma avaliação feita logo depois dos incêndios e uma outra que está sendo feita agora, com o período das chuvas, para termos uma ideia final do impacto dos fogos sobre os dois perímetros. Há acções normais, por exemplo a campanha de reflorestação anual. O importante aqui é o trabalho que está sendo feito em conjunto com a protecção civil no sentido de se definir um sistema de acompanhamento e gestão dos perímetros, sobretudo do ponto de vista preventivo.

- Há um outro fenómeno, que é a extracção de lenha para a produção de carvão na ilha do Maio, que está a pôr em

causa o perímetro dessa ilha. O MAAP despertou para isso?

- O fenómeno não é novo. A produção de carvão no Maio é uma actividade tradicional. Houve, sim, um aumento de delitos florestais para a produção de carvão. Há pessoas a extrair e a cortar árvores sem autorização e fora das zonas autorizadas. Há um trabalho conjunto MAAP, Câmara Municipal e associações no sentido de se voltar à normalidade. A ideia é levar os agentes locais a assumirem a gestão do perímetro, no fundo, algo parecido ao que temos aqui, em Santiago, em Rui Vaz, e é também o que vamos ter no Fogo com os perímetros florestais.

- Há tempos foi a Angola e anunciou algumas iniciativas empresariais nas áreas da agricultura e pescas. Como estão as coisas neste momento?

- A sociedade de pescas está avançada. Ainda há dias o seu representante esteve cá e formalizou a empresa, a Tuna Atlântico. As entidades financiadoras, o BAD e o BADEA, já deram o seu aval e o que está acordado é que até finais de Dezembro a sociedade comece a operar.

- Isso no sector das pescas. E na agricultura?

- O acordo vai no sentido de a parte angolana constituir a sociedade em Angola, porque a sociedade é angolana e cabo-verdiana, mas para explorar terrenos em Angola. Ou seja, a sociedade de pesca estará sediada em Cabo Verde com uma filial em Angola; e a da agricultura terá sede em Angola, com filial em Cabo Verde.

- Isso arranca mesmo?

- Sim, é um processo para avançar. As perspectivas em termos de produção são grandes, além do interesse que existe dos dois países.

- No projecto de pesca percebi que a mão-de-obra vai ser essencialmente cabo-verdiana, e na agricultura?

- Essencialmente as pessoas que residem nas zonas do projecto, quer sejam angolanos, quer sejam cabo-verdianos.

- É em Kwanza Sul?

- Sim.

- Como está o acordo entre Cabo Verde e a União Europeia na área das pescas?

- Estamos a iniciar um processo de revisão do actual acordo, que é para três anos e termina em 2004. Fizemos uma prorrogação por mais um ano e vamos entrar num processo negocial com a UE para a nova fase. A política de pescas da UE mudou, ela própria defende o estabelecimento de acordos de parceria com os diferentes países numa perspectiva sustentável dos diferentes recursos, o que deve incluir, para além da compensação financeira, a componente formação dos recursos humanos, a investigação e o financiamento das iniciativas empresariais, envolvendo os operadores de Cabo Verde e dos seus pares da UE. É isso que estamos a discutir, numa perspectiva mais abrangente.

- A ronda negocial é para quando?

- Pretendemos iniciar a primeira ronda agora em Outubro.

- O embargo da UE ao pescado cabo-verdiano está realmente resolvido ou ainda restam problemas?

- O problema está resolvido. Neste momento há empresas que exportam pescado fresco e conservas. O serviço de fiscalização poderá autorizar novas empresas desde que cumpram as condições da UE. A parte pública da questão encontra-se ultrapassada, Cabo Verde voltou a

reservas de corais do mundo

entrar para a lista dos países exportadores para a UE, nomeadamente para a Lista Um, que é o nível mais elevado. Cabe apenas aos privados cumprirem as normas estabelecidas.

- A questão da Interbase está solucionada?

- Sim, houve um concurso para a sua privatização, uma empresa já foi seleccionada, o relatório do concurso já foi validado pelo Conselho de Ministros e a comissão de negociações vai agora trabalhar com essa empresa no sentido de finalizar o processo e passar-se à assinatura do contrato.

- Pretende-se com isso reactivar o sector pesqueiro a nível de Barlavento, pelo menos?

- A perspectiva é criar condições de apoio em terra, a nível de frio, para que São Vicente possa funcionar como um centro de desenvolvimento da pesca. A ideia passa pela Interbase, como infra-estrutura de frio, associada à reparação naval, a Cabnave, com uma outra componente que é a investigação e a formação. O encontro que fizemos em São Vicente em Junho, promovido pelo INDP, em parceria com a Universidade Kiel, na Alemanha, visava precisamente a criação em São Vicente de um centro de investigação oceanográfica, com outras valências, nomeadamente no domínio da formação, da sismologia.

Essa mesma universidade realizou recentemente uma campanha com a participação de Cabo Verde. A perspectiva é colocar o nosso país nessa corrente da investigação e do pensamento científico, sobretudo no domínio dos recursos marinhos. Portanto, queremos fazer com que o país se volte para o mar. Somos um país insular, com uma ZEE enorme, e temos de estar de cara voltada para o mar.

- O que se passa com os corais em Cabo Verde? Há quem fale até em delapidação. Sabe disso?

- Cabo Verde tem recursos substanciais em corais. Aliás, Cabo Verde situa-se entre os dez principais países com maior existência de corais, ocupa o nono lugar. Temos zonas marinhas identificadas, não só na perspectiva da sua protecção, mas também da exploração e valorização desse recurso como um elemento fundamental para a promoção de Cabo Verde.

- Isto em todas as zonas ou só algumas ilhas?

- Sobretudo nas ilhas mais rasas, Sal, Boa Vista e Maio. Já temos um projecto de áreas marinhas protegidas - financiado e tudo pela WWF, e com recursos da Holanda -, que está já em fase de arranque.

- Há alguma manifestação de interesse em relação aos corais?

- Do ponto de vista comercial não. Neste momento estamos a fazer a identificação exacta dos recursos, para a sua protecção, e posteriormente ver as perspectivas comerciais.

- E como está o projecto de Santa Luzia?

- Santa Luzia é uma das áreas protegidas por esse projecto, com um plano de gestão específico. A nossa perspectiva é

fazer o lançamento desse projecto até finais deste mês.

- Mantém a ideia de reserva ecológica?

- Sim, uma reserva integral, algo que já está definido em termos de lei. Como reserva poderá servir para o desenvolvimento de outras actividades desde que tenha por base, sempre, o aspecto ecológico. Poderá servir para o turismo ecológico, conferências científicas, etc., desde que salvguarde a protecção das espécies e da ilha enquanto reserva.

- Há um horizonte para o arranque desta ideia?

- O projecto já está financiado, está-se neste momento no recrutamento da equipa técnica e vai-se fazer o lançamento, penso, até finais deste mês.

- O gelo é ainda constrangimento para o desenvolvimento das pescas ou nem por isso?

- Neste momento temos uma situação que podemos considerar de regular nos principais pontos de pesca. Mas este é um sector que vai ser reforçado com novos investimentos. Pretendemos mudar o sistema de gestão das principais infra-estruturas. Exceptuando São Vicente e Praia, as infra-estruturas são geridas por privados. São Vicente e Praia têm comissão de gestão, mas a perspectiva é privatizar a gestão dessas infra-estruturas. O processo está mais avançado relativamente a São Vicente, mas vamos fazer o mesmo para o complexo da Praia.

Água

- Um dos problemas que se coloca ao desenvolvimento da agricultura é a água. Também aqui há pessoas que reclamam do seu custo. Como é que este problema é visto pelo seu ministério?

- A perspectiva do governo é incentivar a modernização. Quando se utiliza a água nos sistemas tradicionais de rega, o custo é elevado, mas com os sistemas modernos reduz-se o custo para metade.

- Está-se a referir à gota-a-gota?

- Sim. Só que as tarifas variam muito de ilha para a ilha. O INRGH está a analisar todo o sistema tarifário, sobretudo para a actividade agrícola, mas também para definir as medidas necessárias já que a nossa perspectiva é incentivar a modernização.

- A gota-a-gota está circunscrita a Santiago ou nem por isso?

- Neste momento existe em várias ilhas agrícolas, sobretudo Santiago, Fogo, Santo Antão... Em Santo Antão conseguimos uma rápida expansão, duplicámos praticamente a área instalada. Neste momento temos uma iniciativa importante, que aproveito para enaltecer, que é o Encontro Agrícola de Santo Antão, promovido pelos proprietários dos três concelhos.

- Para quando?

- Ainda este mês, na próxima semana, por iniciativa dos próprios proprietários. Isto é sinal de uma mudança substancial em termos de abordagem do desenvolvimento da agricultura não só em Santo Antão como

em todo o Cabo Verde. Um dos elementos que vem penalizando o sector agrícola é exactamente o não envolvimento dos proprietários. Esse encontro é um elemento novo e vai ser importante para a implementação da estratégia de desenvolvimento agrícola, que já está elaborada, validada e que vai ser submetida ao Conselho de Ministros, para aprovação, em breve.

- A agricultura volta a ser um sector apetecível, do ponto de vista económico?

- Tudo indica que sim. Queremos que a agricultura moderna seja considerada como um sector de investimento e de desenvolvimento privado. Os dados estão aí para provar que, com a introdução de novos sistemas de rega, os rendimentos são multiplicados por dois ou três. Há, além disso, a certeza na produção, que é garantida. Com a agricultura pluvial temos sempre a incerteza, por isso é que continuamos a falar em mau ano agrícola. (risos)

- Quanto mais não seja por uma questão de cultura.

- Infelizmente é verdade. Mas o nosso plano estratégico vai nos permitir uma produção tanto agrícola como pecuária adaptada às condições que nós temos. Insistimos em fazer agricultura, sobretudo a do milho, em zonas áridas, daí o mau ano agrícola. Além de ser uma má aposta, há também a degradação do ambiente. As encostas que nós hoje vemos, e que só têm pedras, há 50 anos tinham terra e produziam. Como se cultiva o milho criam-se condições para a erosão. Se continuarmos com o milho daqui a 50 anos não temos terra.

- Mas isto é trabalho para a extensão rural, por sinal, um outro sector do MAAP que é criticado.

- Independentemente disso, esta é uma questão que tem de mobilizar toda a sociedade cabo-verdiana. Trata-se de levar a mudança aos campos. Nós vemos resultados lá onde se conseguiu mudar em termos de produção agrícola. Hoje há agricultores que deixaram de produzir o milho, deram-se conta que é mais vantajoso produzir pasto, porque têm um rendimento certo.

- Tendencialmente o milho está a perder terreno para as outras culturas ou continua hegemónico?

- Continua a ser o principal produto para a agricultura pluvial, mas vamos tendo um aumento significativo dos hortícolas. Este é, sem dúvida, o sector que mais cresceu nos últimos anos, sobretudo em Santiago e Fogo.

- O Fogo tem duas características importantes neste momento e que assentam no sector da vinha e do café. Estes dois sectores estão a ser devidamente apoiados pelo governo?

- A nível do vinho temos a cooperativa que conseguiu ganhos significativos. Em termos de qualidade e de apresentação do produto, já ganhou mercado. No café há uma intervenção do MAAP no sentido de melhorar a produção. E nos últimos anos houve um trabalho no sentido de levar os próprios produtores a assumirem esse desafio. Queremos assistir no

café a mesma transformação que vimos assistido na vinha.

- Há um outro sector, a pecuária, que é pouco referido. Continua a ser o que sempre foi?

- Também está a mudar, quer em termos de organização da produção, quer em termos de introdução de novas raças, no bovino, no caprino e no suíno. Eu dizia há dias, em Santo Antão, que na pecuária as mudanças medem-se pela cor da parede.

- Como assim?

- Quando assumi o MAAP, em 2001, os centros de pecuária estavam a cair aos pedaços, os trabalhadores desanimados e desmotivados. Neste momento temos uma actividade intensa em todos os centros de pecuária do país, em Santo Antão, São Nicolau, Santiago... Hoje todos os centros estão recuperados, com técnicos e com actividade. É um sector que tem potencial e onde o governo considera que se deve investir, não só para melhorar o rendimento das famílias, mas também como sector de investimento privado. Basta ver que para o turismo ter mais impacto sobre a economia deverá também consumir produtos nacionais. Agricultura, pecuária e pescas são sectores de abastecimento do turismo.

- Santo Antão, apesar de ser um importante centro agrícola, tem os seus produtos embargados por causa dos mil-pés. A prevalecer esta situação não há-de ser fácil pôr as pessoas em Santo Antão a produzir mais. Como romper isso?

- Nós temos um projecto que é a criação, em Santo Antão, de um centro de conservação de embalagens de produtos agrícolas. Isso para permitir a melhoria não só da apresentação dos produtos, mas sobretudo para ajudar a ilha a ultrapassar a situação do embargo dos seus produtos em outras ilhas. Já há iniciativas de produção de doces, licores, aguardente, mas vamos para outros produtos, nomeadamente hortícolas, sobretudo os legumes. É uma forma de permitir que os produtos de Santo Antão tenham acesso aos outros mercados, sobretudo o mercado do turismo.

Sexta-feira, 15 de Outubro de 2004

Correio das ilhas



Houve um concurso para a privatização da Interbase, uma empresa já foi seleccionada, o relatório do concurso já foi validado pelo Conselho de Ministros e a comissão de negociações vai agora trabalhar com essa empresa no sentido de finalizar o processo e passar-se à assinatura do contrato.

RETORNADA DE S.TOMÉ

“ESTOU NO PARAÍSO”

Menos de um mês após o seu regresso das roças e da vida difícil em São Tomé e Príncipe, Domingas Rocha Tavares é outra pessoa. Mais alegre e de bem com a vida ela diz que agora “está no paraíso”, faltando-lhe apenas um namorado. É o fim de uma vida marcada por dor e separação, e o prenúncio de novas esperanças. E para que a felicidade seja completa, a esta mulher de 65 anos só falta a presença dos seis filhos que ficaram para trás naquele arquipélago do Equador.

Manhã de terça-feira, **A Semana** foi encontrar Domingas em casa da filha, no bairro de Tira-Chapéu, Praia, sentada à mesa e a saborear o seu pequeno almoço. Ementa: café com leite e pão. Na campainha da agora alegre senhora, o filho Armando de 23 anos, que com ela regressou de São Tomé e Príncipe, e a filha Antonieta, responsável pela vinda dos dois

A chegada a Cabo Verde, no dia 25 de Setembro, foi a concretização de um sonho há muito aguardado. Por uns minutos esta sexagenária, quase pele e osso, deixa de lado a alegria contagiante e conta-nos como se aventurou na viagem à terra longe. Na altura tinha 26 anos e com o marido partira à procura de uma vida melhor, deixando para trás dois filhos menores.

Logo à chegada notou que afinal São Tomé e Príncipe não era bem o que estava à espera. Ainda lembra de “*parida ir quebrar*

cacau no meio da chuva tropical para criar os meus filhos, e no fim do trabalho não me pagavam”. Entretanto, esta situação viria a piorar com os anos.

A entrevistada de **A Semana** diz que antes, no tempo do colonialismo, os “brancos” pagavam, mas depois do 25 de Abril as coisas pioraram. Trabalhavam que nem escravos e os proprietários, sãotomenses, das roças não remuneravam. Tanto assim é que voltou à terra natal só com a roupa do corpo e com um cartão de reforma que lhe vale “cento e tal escudos por mês, no dinheiro de Cabo Verde”. Quantia que nem dá para comer, quanto mais para viver

Apesar de se sentir no paraíso, Domingas tem reclamações a fazer. É que à excepção da passagem que o Instituto das Comunidades lhe ofereceu, até agora não recebeu qualquer outro apoio. Se não fosse a “*dona Paula Moeda*” que lhe ofereceu um colchão e algumas vestes não sabe como iria sobreviver.

Ao coro de Domingas junta-se a filha,



Antonieta e o seu codê Armando. Este com uma formação em queijos e iogurte só quer trabalhar. Em STP labutava na roça da Caldeira, dependência Agostinho Neto, só que “*o dinheiro não dava para nada. Gastava tudo em comida*”. É por isso que quer trabalhar logo e, quem sabe, trazer a filhinha de poucos meses que deixou para trás.

Campanha de solidariedade

Graças aos esforços da filha Antonieta, que através de uma reportagem da RTP África conseguiu encontrar a mãe, Domingas já não faz parte da dura realidade de milhares de cabo-verdianos que vivem nas roças de São Tomé e Príncipe.

E é para tentar minimizar estas dificuldades que está a decorrer em Cabo Verde uma

campanha que visa levar solidariedade e melhores condições de vida aos cabo-verdianos, na sua maioria idosos, de STP. Para isso, se quiser fazer parte desta onda nobre, basta depositar qualquer quantia nas urnas espalhadas por estratégicos mercados e restaurantes do país, ou ainda ligar para o número de telefone 155 e contribuir com a quantia de cem escudos.

É que ao ver o sorriso de felicidade estampado no rosto de Domingas a repórter consta que vale a pena o pequeno esforço que nos pedem...Para dar o paraíso à Domingas, ao Armando e a todos os que ainda sonham com este paraíso em que agora vive Domingas. Portanto, solidariedade precisa-se. Não só para os que vivem em São Tomé e Príncipe, mas também para os que regressaram.

Paula Mossa

Cabo Verde Children apresenta-se



A Cabo Verde Children, organização humanitária com sede nos Estados Unidos da América formada por cabo-verdianos, encontra-se no país em contactos com as autoridades nacionais dos sectores da infância, saúde etc. Segundo Andy De Andrade, fundador e administrador dessa ONG, em seis meses de existência, a CVC já conta no seu banco de dados com cerca de 500 crianças, de todas as ilhas de Cabo Verde, apadrinhadas por residentes nos EUA.

A CVC já arrecadou mais de 10 mil dólares para bene-

ficiar crianças em sete ilhas. Deste montante 2 mil e 500 dólares já foram processados e transferidos para Cabo Verde, cabendo a cada criança contemplada com esta iniciativa a quantia de 17 dólares/mensal (cerca de 1600 escudos) para a alimentação, ajuda escolar e outras necessidades básicas.

À representação da CVC em Cabo Verde cabe identificar e fornecer fichas com dados das crianças necessitadas, identificar, recomendar projectos e assegurar que os recursos mobilizados cheguem directamente aos beneficiários. O projecto espera abranger, no mínimo, 2 mil e 500 crianças, de zero aos cinco anos, até final de 2006 em todo arquipélago.

Cabo Verde Children é administrada pela Cabo Verde Online.com em acção concertada com a Embaixada de Cabo Verde em Washington. O referido projecto propõe nos primeiros 25 anos promover, perspectivar e projectar esta organização em três fases.

A primeira de implementação e desenvolvimento de uma acção “*sponsorizada*” de 50 mil crianças, ou seja, um quarto da população infantil do arquipélago, abrangerá a

faixa etária que vai dos 0 aos 17 anos, tem um prazo de implementação de 10 anos e conta com um patrocínio estimado em 12 milhões de dólares. A segunda será de criação de oportunidades de formação e emprego e a idade abrangida vai dos 13 aos 17 anos, num prazo de implementação de cinco a 10 anos. Já a última fase, a derradeira, será de retribuição a outrem dos serviços com que foi beneficiado. Assim, o beneficiário torna-se doador, encerrando o círculo de acções de solidariedade e actos de voluntariado, tornando-se num caso raro de atitude humanista, em países do terceiro mundo.

A organização pretende lançar um apelo de sensibilização e de participação de todos os cabo verdianos e americanos, onde se encontra a maioria dos patrocinadores.

A CV Children conta ainda como apoio de um vasto elenco de músicos cabo-verdianos radicados nos EUA, entre eles Norberto Tavares, que firmaram já o compromisso de angariar fundos para o projecto através de duas galas anuais, sendo uma nos EUA e outra em Cabo Verde, estando em perspectiva a produção de uma série musical, em disco, cujos fundos reverter-se-ão a favor desse programa.

A missão da CV Children permanece na Praia até Domingo para diversos contactos com as autoridades nacionais.

José Henrique Barbosa



INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

NOTA INFORMATIVA

ASSUNTO: Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de Fevereiro (B.O n.º 5 - I Série)
Novo Regime de Protecção Social dos Trabalhadores

A UNTC-CS, no âmbito da contestação que vem fazendo ao articulado do Decreto-Lei n.º 5/2004, vem distribuindo uma Folha Informativa que contém erros factuais e desenvolve interpretação errónea de vários dispositivos do mesmo diploma. Com vista à reposição de factos e para ajudar à compreensão de vários aspectos importantes para a vida dos utentes, Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) vem esclarecer o seguinte:

Caros Segurados, Contribuintes e Beneficiários

1. REDUÇÃO DE 70 PARA 60% DO SUBSÍDIO DE DOENÇA: já foi explicado à UNTC-CS que houve um lapso na publicação do diploma, e que o Governo prepara a sua rectificação. Tanto assim é que o INPS não vem aplicando os 60%, o que pode ser confirmado pelos segurados que receberam o seu subsídio a partir de 1 de Abril de 2004 (data da entrada em vigor do diploma) na base de 70%.

2. NOVA FÓRMULA DE CÁLCULO DAS PENSÕES (VELHICE E INVALIDEZ): a nova fórmula de cálculo foi adoptada para responder a três objectivos essenciais: 1) assegurar que os compromissos com as pensões, actuais e futuros, sejam integralmente assumidos; 2) evitar que venha a ser necessário o recurso ao Orçamento Geral do Estado (OGE) para fazer face aos benefícios futuros; e 3) proceder a uma alocação justa de recursos entre as gerações (princípio de solidariedade e equilíbrio intergeracional). A nova fórmula de cálculo, adoptada após estudos actuariais aprofundados realizados por especialistas internacionalmente reconhecidos, premeia os segurados que mais descontam para o sistema, não só em valor como também em termos temporais. Assim, a nova fórmula de cálculo contém uma relação mais justa e proporcional com a carreira contributiva de cada segurado, isto é, um segurado com uma carreira contributiva mais longa tem uma taxa de substituição (relação entre o valor da pensão e o último salário auferido) mais favorável do que outro segurado com carreira mais curta. Para além dessa medida de maior justiça social, o Dec-Lei n.º 5/2004 manda actualizar os salários que servem de base de cálculo da pensão, uma inovação relativamente à fórmula anterior e que beneficia claramente os pensionistas do sistema. Acresce que, tal como ficou provado do estudo comparado feito, a grande maioria dos países utiliza a fórmula linear do cálculo das pensões, agora adoptada pelo diploma em análise.

3. REDUÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DA PENSÃO DE VELHICE: o regime dos trabalhadores por conta de outrem é exclusivamente financiado pelas contribuições dos trabalhadores e dos empregadores, pelo que a sua comparação com o regime da Função Pública, financiado pelo Orçamento Geral do Estado, não tem sentido. Note-se que sobre o valor da pensão de velhice não recaem, em regra, impostos e muito menos, cotizações para a previdência social pelo que a redução de 85 para 80% é mais do que compensada pelas economias apontadas. Aqui também vale destacar que países há com economias mais fortes e com regimes de segurança social mais maduros que pagam menos, às vezes muito menos, do que o tecto agora estabelecido.



4. PRAZO DE GARANTIA PARA A PENSÃO DE VELHICE: dos vários países estudados, entre os quais Portugal, França, Alemanha, Suécia, Cabo Verde é o único que mantém o prazo de 3 (três) anos. Devemos recordar, mais uma vez, que o regime dos trabalhadores por conta de outrem é financiado pelas cotizações dos segurados e pelas contribuições dos empregadores e que, como em todo o regime de seguro, é preciso haver correspondência entre aquilo que se acumula e que depois se recebe. Nenhum regime de previdência social sobreviverá financeiramente com prazos de garantia tão curtos. Os prazos de garantia para a pensão de velhice devem ser alinhados e consistentes com o período médio de carreira profissional dos segurados, como é compreensível e de bom senso. Nenhum sistema resistiria de outra forma.

Por outro lado, não é verdade que um trabalhador com 14 (catorze) anos de contribuições perde direito à reforma no caso de perder o emprego por duas razões: a primeira, porque o dispositivo do artigo 99º (direitos adquiridos) do referido Decreto-Lei não o permite; a segunda, porque o trabalhador sempre pode arranjar um novo emprego e prosseguir a sua carreira contributiva, sem perda do direito já formado.

5. PENALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

PELA NÃO REMESSA DE CONTRIBUIÇÕES: mais uma vez, a UNTC-CS se equivoca e distancia do quadro legal existente. Assim, por um lado, é preciso ter em conta o disposto no n.º 3 do artigo 29º da Lei n.º 131/V/2001, de 22 de Janeiro (Lei de Bases da Protecção Social, in B.O n.º 2 de 22 de Janeiro) que diz o seguinte: "O direito às prestações não fica prejudicado quando a falta de pagamento ou declaração das contribuições não for imputável aos trabalhadores" (fim de citação). Por outro lado, a leitura conjugada dos 9º e 38º do Dec-Lei n.º 5/2004 revela que a suspensão das prestações só se verifica a partir do 13º mês de período de ausência de registo de contribuições sempre por facto imputável ao trabalhador (v.g. pedido de licença sem vencimento). O INPS reconhece que há necessidade de clarificação da redacção do artigo 38º do referido Decreto-Lei para que esse entendimento fique inteligível para todos os constituintes do sistema.

6. PRAZOS DE GARANTIA NA DOENÇA: estes prazos foram previstos pela Lei de Bases da Protecção Social acima referida e visam lidar com o risco "selecção adversa" da actividade previdencial. É preciso ter em conta a natureza contributiva do regime: para haver prestações é necessário que haja recursos para o seu financiamento. E o sistema é financiado,

dizemo-lo de novo, pelas contribuições dos segurados e dos empregadores. Mais uma vez a UNTC-CS faz uma leitura enviesada do Decreto-Lei quando diz e citamos "cada vez que se muda de emprego o contribuinte se adoecer nos seis primeiros meses não tem cobertura por parte do INPS (sic)". É que a carreira contributiva do segurado (e não contribuinte) não cessa com a mudança de emprego. A portabilidade dos direitos já formados é garantida pelo diploma em apreciação quando um segurado se transfere de um emprego para outro bastando, para isso, que essa transferência aconteça dentro do período fixado, o seu novo empregador comunique o facto à entidade gestora, cumprindo, ainda, as obrigações emergentes do sistema.

7. OS DIREITOS ADQUIRIDOS NÃO SÃO SALVAGUARDADOS: os direitos adquiridos e em formação foram salvaguardados pelo Dec-Lei n.º 5/2004, e nem podia ser de outra forma. Na verdade, os actuais pensionistas continuam a receber a sua pensão e a carreira contributiva dos segurados desenvolve-se normalmente, o que significa que, para além dos direitos adquiridos, os direitos em formação estão a ser escrupulosamente respeitados.

8. BENEFÍCIOS INTRODUZIDOS: A UNTC-CS não se refere aos benefícios introduzidos que melhoraram claramente o regime, dando-o um rosto mais humano, na linha de uma maior justiça social e de uma sustentabilidade reforçada do sistema gerido pelo INPS. Citamos alguns exemplos: a reformulação do regime da pensão de sobrevivência, a atribuição do subsídio por deficiência, a alteração do conceito "viver a cargo", o alargamento de idade de atribuição do abono de família, o regime de acumulação das prestações, a introdução da densidade contributiva, etc.

O INPS reitera a sua disponibilidade para esclarecer os objectivos e fundamentos do Decreto-Lei n.º 5/2004 de 16 de Fevereiro. Reafirma também que proporcionará a todos aqueles que assim se manifestarem as informações, os elementos e os estudos que serviram de base à reforma do regime dos trabalhadores por conta de outrem. Reafirma igualmente a sua total disponibilidade para, em sede adequada, debater todas as questões que se prendem com a reforma da segurança social, em geral, e com o Decreto-Lei n.º 5/2004 de 16 de Fevereiro, em particular.

Caros Segurados, Contribuintes e Beneficiários
Dirijam-se ao INPS para uma informação completa sobre o novo regime dos trabalhadores por conta de outrem.
Oçam os programas radiofónicos do INPS para se esclarecerem sobre a justiça das medidas já tomadas.
Construamos um sistema de segurança social útil, abordável e com viabilidade temporal e financeira.

O INPS existe para lhes servir e servir a Cabo Verde.
Praia, 13 de Outubro de 2004

Sexta-feira, 15 de Outubro de 2004

Divulgação